



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIA
CURSO GEOGRAFIA

Denis de Lima Cardoso

**ÁREAS VERDES URBANAS: ANÁLISE DAS FUNÇÕES SOCIAIS E
ECOLÓGICAS DO PARQUE DO CÓRREGO GRANDE, FLORIANÓPOLIS/SC.**

Florianópolis – SC
2023

Denis de Lima Cardoso

**ÁREAS VERDES URBANAS: ANÁLISE DAS FUNÇÕES SOCIAIS E
ECOLÓGICAS DO PARQUE DO CÓRREGO GRANDE, FLORIANÓPOLIS/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador Prof. Dr. Danilo Piccoli Neto.

Florianópolis – SC
2023

Cardoso, Denis de Lima

Áreas Verdes Urbanas : Análise das funções sociais e ecológicas do Parque do Córrego Grande, Florianópolis/SC. / Denis de Lima Cardoso ; orientador, Danilo Piccoli Neto, 2023.

96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

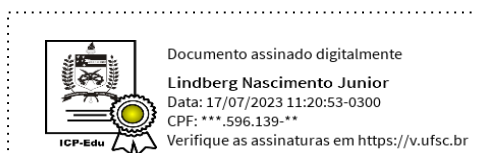
1. Geografia. 2. Parque Urbano. 3. Área Verde. 4. Relações de Entorno. 5. Comunidade. I. Neto, Danilo Piccoli. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Denis de Lima Cardoso

**Áreas Verdes Urbanas: Análise das funções sociais e ecológicas do Parque do
Córrego Grande, Florianópolis/SC.**

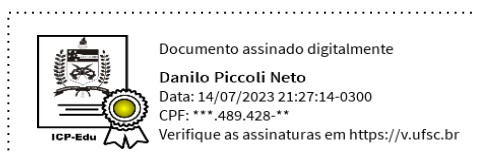
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Geografia

Local Florianópolis, 27 de junho de 2023.



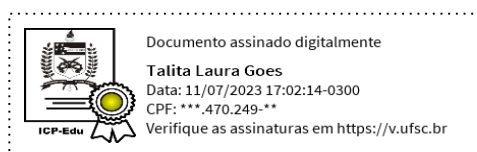
Coordenação do Curso

Banca examinadora



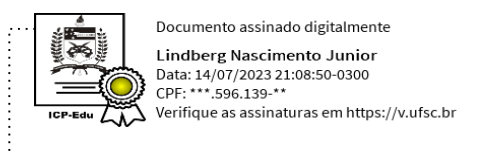
Prof. Dr. Danilo Piccoli Neto

Orientador(a)



Profa. Ma Talita Laura Góes

Instituição UFSC



Prof. Dr. Lindberg Nascimento Junior

Instituição UFSC

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pelas ferramentas necessárias para esta jornada. Aos meus Guias por sempre me auxiliarem e indicarem o caminho nos momentos nebulosos.

Aos professores Orlando e Danilo pela confiança em mim e no meu tema, por aceitarem me orientar e pela ajuda prestada no decorrer da pesquisa. E a todos os professores que tive o prazer e a honra de ser aluno.

A minha família por ser meu porto seguro enquanto navego por águas desconhecidas. Em especial a minha mãe por sempre estar presente, mesmo que distante, ser um exemplo de superação e garra, meu alicerce e caminho nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, que mesmo estando a uma longa distância, sempre se fez presente à sua maneira. E a mim mesmo, por não desistir em nenhum momento, mesmo que em muitas vezes isso parecia ser a única opção, indo até o fim e levantando mais vezes do que fui derrubado.

Aos amigos que fiz ao longo de toda a jornada, o caminho foi mais leve com vocês, nem em sonho eu ia saber que cada lugar que eu pisasse daria um samba. Aos de Chapecó, aos de Floripa, aos de Imbituba, aos de Laguna, aos da arquitetura, aos da UDESC, aos da geografia, aos da UFSC, meu muito obrigado a cada incentivo, ajuda, puxão de orelha, aconselhamento, breja dividida, ideia trocada, rolê dado, a vida fica muito melhor com vocês, levo cada um no meio do peito e essa realização não é só minha, mas nossa.

A todos os entrevistados, os funcionários do parque, os coordenadores de atividades, os frequentadores e a comunidade que abraça e defende o PEGG, meu muito obrigado pela colaboração com minha pesquisa e com a continuidade do espaço.

E por fim, mas não menos importante, a todo o corpo de funcionários e servidores responsáveis pela manutenção e continuidade da UFSC, sem vocês nada seria possível.

E aos demais que de alguma forma contribuíram no trabalho e na minha caminhada, deixo aqui o meu muito obrigado.

O homem é a mais insana das espécies, adora um deus invisível e mata uma natureza visível, sem perceber que a natureza que ele mata é esse deus invisível que ele adora.

Hubert Reeves

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as relações de uma Área Verde inserida em um espaço urbano com a sua região de entorno. Como objeto de estudo, foi utilizado o Parque Ecológico Municipal Professor João Davi Ferreira Lima, também chamado de Parque Ecológico do Córrego Grande, localizado no bairro do Córrego Grande, Florianópolis – SC. A pesquisa inicia-se com o estudo acerca da formação do núcleo de povoamento do futuro bairro do Córrego Grande em 1930, a fim de perceber as similaridades entre o desenvolvimento da Área Verde e da comunidade da região. Depois, partindo de 1946 quando a antiga fazenda que viria a ser o PEEG é vendida ao Governo do Estado, toda a sucessão de usos do espaço e dos órgãos responsáveis pela gerência do lugar, até a inauguração do Parque em 1994 e a sua reabertura em 2001. O enfoque principal da pesquisa consiste na análise do Parque Ecológico do Córrego Grande como uma área verde urbana, levando em conta suas funções sociais e ecológicas. Buscando evidenciar o uso do local pela população, a relação sociedade-natureza e a educação ambiental desenvolvida no espaço. Além disso, percebe-se que o Parque atua como refúgio da fauna e flora em um ambiente altamente urbanizado, gerando benefícios aos seres vivos, reforçando a importância de se ter áreas verdes em ambientes como este. A metodologia utilizada deriva da pesquisa bibliográfica, cartilhas e periódicos do centro comunitário do bairro, arquivos e documentos da administração do PEEG, teses e dissertações da biblioteca da UFSC e UDESC, entrevista com moradores, funcionários e frequentadores do parque. Ortofotos e imagens aéreas foram utilizadas para a composição de séries históricas com a finalidade de analisar a evolução da paisagem. Também foram realizadas 50 entrevistas com frequentadores do parque a fim de perceber a visão dos mesmos com o lugar, o entendimento quanto função social e ecológica do local além de pontos positivos e negativos do parque. Os resultados foram importantes para compreender a relação da população com o Parque e de como ela entende o espaço e seus diversos usos, além de observar o que uma grande área verde como o PEEG pode oferecer à região de entorno através de suas interações e que estas não se limitam apenas a relação sociedade-natureza mas, sim a todos os seres vivos.

Palavras-chave: Área Verde; Parque Ecológico; Comunidade; Entorno; Relações.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze the relationships of a Green Area inserted in an urban space with its surrounding region. The Ecological Park of Córrego Grande (PECG), also known as the Municipal Ecological Park Professor João Davi Ferreira Lima, located in the neighborhood of Córrego Grande, in Florianópolis, state of Santa Catarina, was used as the object of study. The research starts from the investigation of the formation of the settlement nucleus of the future neighborhood of Córrego Grande in 1930, to infer the similarities between the development of the Green Area and the region's community. Then, starting from 1946, when the former farm that would become the Ecological Park was sold to the State Government, the entire succession of space uses and the organizations responsible for managing that site, the opening of the Park in 1994 and its reopening in 2001 are analyzed herein. The main focus of the research is to analyze the Ecological Park of Córrego Grande as an urban green area, considering its social and ecological functions, aiming to highlight the use of the place by the population, the society-nature relationship, and the environmental education developed in the space. Additionally, it is observed that the Park serves as a refuge for fauna and flora in a highly urbanized environment, offering benefits for living beings and reinforcing the importance of having green areas in environments like this. The methodology derives from a bibliographic research from booklets, and periodicals from the neighborhood community center, files and documents from the management of the Ecological Park, theses and dissertations from the libraries of Universidade Federal de Santa Catarina and Universidade do Estado de Santa Catarina, and interviews with neighborhood inhabitants, employees of the park, and park visitors. Orthophotos and aerial images were used to create historical series in order to analyze landscape evolution. Additionally, 50 interviews were conducted with park visitors to understand their perspective on the space, their understanding of its social and ecological function, as well as the positive and negative aspects of the park. The results were important to acknowledge the relationship of the population with the Park and how they perceive the space and its various uses, while also observing what a large green area like the Ecological Park of Córrego Grande can offer to the surrounding region through the interactions between them, which are not limited to the society-nature relationship, but extend to all living beings.

Keywords: Green Area; Ecological Park; Community; Surroundings; Relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários
AMOSC – Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande
AVL – Área Verde de Lazer
BATEC – Base Técnica de Operações
CCCG – Centro Comunitário do Córrego Grande
COMCAP – Companhia de Melhoramentos da Capital
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa

Catarina

Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e

Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PECG – Parque Ecológico do Córrego Grande
PLCG – Parque Linear do Córrego Grande
PMMA – Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
POFOM – Posto de Fomento Florestal
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA	13
2.1 Objetivo geral	
2.2 Objetivos específicos	
2.3 Metodologia	
3. REVISÃO DA LITERATURA E ASPECTOS CONCEITUAIS	15
3.1 Mata Atlântica	
3.2 Plano municipal de mata atlântica – PMMA	
3.3 PMMA de Florianópolis	
3.4 Plano Diretor Municipal	
3.5 Área verde de lazer – AVL	
3.6 Unidades de Conservação	
3.7 Histórico das Unidades de Conservação em Florianópolis	
3.8 Principais impactos e pressões ambientais	
3.9 Corredores Biológicos	
3.10 A formação do bairro do Córrego Grande	
3.11 História e formação do Parque	
4. DESENVOLVIMENTO	52
4.1 O Parque Ecológico do Córrego Grande	
4.2 Análise das entrevistas de campo	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A	96

1. INTRODUÇÃO

Parque, oriundo do francês *parc*, pode ser classificado como área verde, um espaço com vegetação abundante, livre de edificações e protegida por lei. Normalmente composta por extensas áreas, dotadas de atributos naturais e/ou paisagísticos notáveis, além de interesse científico, educacional e recreativo (SÃO PAULO, sem data). Pode ainda ser caracterizado como urbano, como é o caso do presente trabalho, ou natural.

Parques urbanos, são áreas verdes localizadas no interior de centros urbanizados, de uso livre e de domínio público. São espaços que apresentam funções ecológicas, sociais, estéticas, entre outras, que beneficiam a todos os seres vivos. Auxiliam na manutenção da temperatura local, na qualidade do ar e na preservação de fauna e flora nativa. São locais onde ocorre a democratização dos espaços públicos, uma vez que muitas de suas áreas são destinadas ao lazer, a recreação, a cultura e a educação ambiental. Com sua vegetação exuberante, acabam amenizando o cinza constante da cidade, criando um local também de escape e relaxamento. Estas áreas verdes acabam assumindo um papel central dentro do planejamento urbano, tornando-se fundamentais às grandes cidades.

Os parques urbanos podem ser classificados como jardins botânicos, parques ecológicos, jardins zoológicos, cemitérios-parques, complexos recreativos e esportivos, dentre outros.

No município de Florianópolis, embora existam dezenas de áreas verdes espalhadas pelo território, muitas encontram-se em estado de abandono ou subutilizadas. Parques urbanos propriamente ditos são escassos e a população que almeja por recreação em contato com a natureza, carece destes espaços públicos.

Visando compreender qual a importância dos parques urbanos para a população da Grande Florianópolis, o Parque Ecológico Municipal Prof. João Davi Ferreira Lima, também chamado de Parque Ecológico do Córrego Grande – PEEG será analisado. O enfoque da pesquisa contemplará a relação sociedade-natureza, as funções sociais e ecológicas ali desenvolvidas, e os benefícios aos seres vivos.

A área verde que conta com 21,3 hectares de mata atlântica, é parte integrante da Bacia Hidrológica do Itacorubi e está localizado entre os bairros Córrego Grande e Santa Mônica. O parque que outrora foi uma fazenda produtora de leite hoje é a maior área verde urbana da capital catarinense.

O Parque Ecológico do Córrego Grande tem uma média de 800 visitas diárias, sendo um dos locais mais conhecidos e procurados do bairro, frequentado até por moradores de outras localidades, mostrando a relevância deste para a cidade. E é sobre estes aspectos que serão apresentados na sequência do trabalho.

Para o desenvolvimento, a pesquisa foi dividida em 4 etapas. A primeira foi a realização de levantamentos históricos sobre a formação do bairro do Córrego Grande, com o recorte temporal de 1930 até os dias atuais. Analisando a formação do núcleo de povoamento, a consolidação como bairro, como a população interagia entre si e com o espaço, aspectos econômicos, sociais e culturais e as intervenções estatais que ocorreram a partir da década de 60 na região da Bacia do Itacorubi. Na sequência, foi analisado a área que viria a ser o PECCG, com a utilização de imagens aéreas a partir de 1938 foi possível acompanhar a evolução do futuro parque e as variadas formas de utilização da área, até a inauguração do mesmo em 1994 além da alternância de órgãos responsáveis pelo local.

O terceiro ponto é a apresentação do parque e seu funcionamento, seus espaços e quiosques, as atividades realizadas, a educação ambiental desenvolvida, a relação da área verde com a região de entorno e os efeitos que resultam desta interação.

Por fim, foi realizado um questionário com os frequentadores para compreender a relação dos mesmos com o parque, as atividades e usos, dias e horários de maiores frequências, de qual bairro vem, parte favorita e o que falta no local.

Algumas das respostas obtidas foram comparadas com as do trabalho de GÓES (2011) a fim de analisar as mudanças, ou não, do público passados estes 12 anos.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1. Objetivo geral

Analisar o PEEG como área verde urbana e suas funções sociais e ecológicas.

2.2. Objetivos específicos

- Examinar a formação do bairro do Córrego Grande;
- Analisar o processo de formação do PEEG;
- Apresentar o Parque e suas relações;
- Analisar entrevistas realizadas com usuários do Parque.

2.3. Metodologia

Para a realização deste trabalho (fig.01), inicialmente, foram realizadas pesquisas em acervos bibliográficos, primeiramente no Centro Comunitário do Córrego Grande - CCCG, onde foram encontrados cartilhas documentadas, jornais e revistas. Em um segundo momento, as pesquisas ocorreram nas bibliotecas físicas e virtuais da UFSC e UDESC, aonde artigos, teses e livros acerca do bairro e de Florianópolis foram encontrados. Após a leitura, o primeiro objetivo específico (3.10.) foi sendo desenvolvido.

Para o segundo ponto, foi utilizado como base do levantamento histórico, além de documentos e arquivos da FLORAM, a monografia de Góes do ano de 2011, com o título de "Transformações da cobertura vegetal do Parque Ecológico Municipal Professor João Davi Ferreira Lima e sua importância como Área Verde para Florianópolis-SC". A pesquisa foi indicada pelos administradores do Parque por se tratar do melhor levantamento já realizado sobre o mesmo.

Para a elaboração deste capítulo, foram utilizadas as informações contidas no acervo da FLORAM, textos e fotografias da pesquisa de GÓES (2011), ortofotos e imagens áreas contidas no geoprocessamento da PMF, sendo analisado o processo histórico de formação da área que viria a ser o PEEG (3.11.).

Para o terceiro ponto, inúmeras visitas ao parque foram realizadas, aonde cada local, atividade e espaço foi fotografado e catalogado, de modo a descrever a área verde e suas especificidades (4.1.). Com isso foi possível apresentar as diversas

funções sociais e ecológicas do parque, suas opções de educação ambiental e reduto de fauna e flora.

Para a aplicação do questionário, foram entrevistadas 50 pessoas que frequentam a área verde, os quais responderam acerca do PECG, sua estrutura, seus espaços e relações. Por fim, os dados coletados foram analisados e transformados em textos e gráficos para melhor entendimento (4.2.). Com as respostas obtidas, observou-se a relação sociedade-natureza através do uso do espaço pela população e como lugares como estes, oferecem benefícios a todos os seres.

Por último, algumas respostas deste questionário foram correlacionadas com as obtidas por GÓES (2011) com o objetivo de comparação entre os públicos participantes.

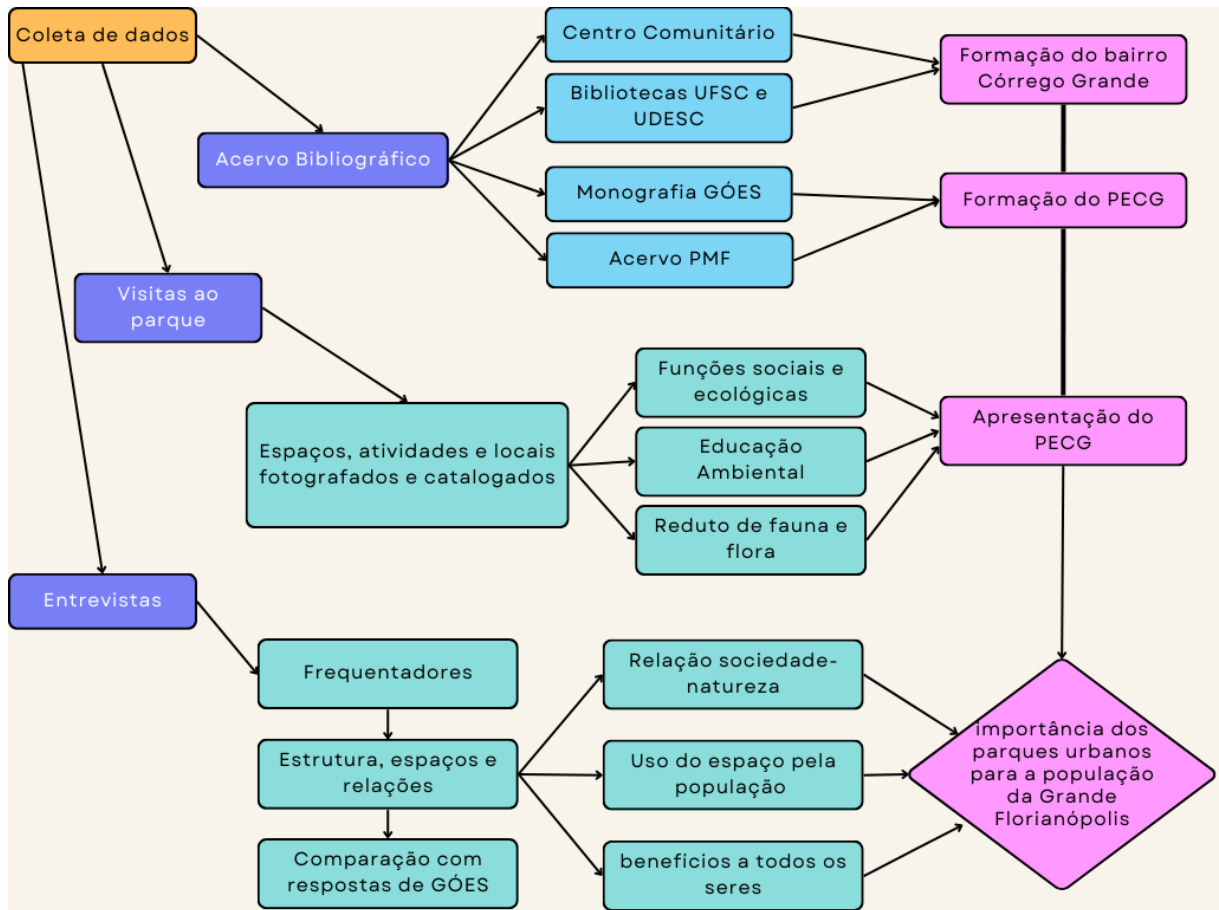


Fig. 01 – Fluxograma das atividades.

Fonte: A autoria do autor, 2023.

3. Revisão da literatura e aspectos conceituais

Este capítulo inicia apresentando as bases teóricas que auxiliam no desenvolvimento do presente trabalho. Estando atreladas a uma perspectiva que visa debater acerca das áreas verdes urbanas, utilizando de fontes que partem da esfera do macro, como Mata Atlântica, até o micro e específico, como plano diretor de Florianópolis e a categorização de Áreas Verdes de Lazer. Os pontos apresentados a seguir, serão abordados no decorrer do texto.

3.1. Mata Atlântica

A Mata Atlântica, é considerada um dos seis biomas existentes no Brasil, abrangendo cerca de 15% do território nacional, em 17 estados. É o lar de 72% dos brasileiros e concentra 80% do PIB nacional. O domínio de Mata Atlântica, que originalmente tinha área equivalente a 1.315.460 km² distribuídos em 17 estados, hoje conta com apenas 24% da floresta que existia originalmente, sendo que apenas 12,4% são florestas maduras e bem preservadas. (Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2021). Disposta de modo disperso, ao longo da costa brasileira e no interior das regiões Sul e sudeste, além de fragmentos no sul dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e no interior dos estados do Nordeste. Conta com uma biodiversidade ímpar, estudos mostram que este bioma pode possuir a maior diversidade de árvores do mundo, apresentando ainda uma grandiosa fauna e flora, contando com diversos espécimes endêmicos.

A importância da Mata Atlântica reside na manutenção de diversos processos ecológicos e serviços ecossistêmicos, com destaque para a regulação e manutenção de mananciais hídricos, da fertilidade do solo e do clima; a proteção da erosão das encostas; o abrigo de patrimônio histórico, cultural, paisagístico e genético de valor imensurável; o provimento de polinizadores para as culturas agrícolas e florestais; e a manutenção da biodiversidade.

Desse modo, é possível observar que as atividades vinculadas ao setor econômico em expansão como a indústria, agricultura e pecuária, afetam diretamente este bioma, haja visto que ocorre a, contaminação da água e solo, poluição do ar e introdução de espécies exóticas, sendo os principais motivos do desmatamento e degradação deste ecossistema.

Segundo dados do IBGE (2014) e SOS Mata Atlântica (2021), 3429 municípios estão inseridos dentro do bioma. Devido ao constante desmatamento e

degradação da vegetação, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) foi criada para proteger as áreas remanescentes, tornando-se assim o único bioma protegido por lei. Mais tarde, Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) foram criados para facilitar essas medidas de conservação e recuperação. Devido à grande relevância do bioma, Áreas de Proteção Permanente (APP) são criadas visando garantir a preservação da diversidade de fauna e flora, serviços ambientais como a produção de água, a manutenção do microclima, ordenamento territorial, espaços públicos voltados ao lazer, ecoturismo, educação ambiental e pesquisas sobre a biodiversidades, além de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores.

3.2. Plano Municipal de Mata Atlântica – PMMA

A Mata Atlântica é um bioma em constante ameaça, o que levou o poder público constatar a necessidade de protegê-la, criando assim a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto 6.660/2008), que dispõe sobre a utilização e proteção da sua vegetação nativa. O art. 38 da referida lei instituiu o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), abrindo a possibilidade de os municípios, cujo território está total ou parcialmente nela inserido, atuarem proativamente na defesa, conservação e restauração da vegetação nativa da Mata Atlântica, por meio de definição de áreas e ações prioritárias.

Os PMMA buscam retratar a realidade de cada município, sendo uma oportunidade para orientar as ações públicas e privadas, bem como para a atuação de entidades acadêmicas, de pesquisa e das organizações da sociedade civil organizada em coletivos ou não, empenhadas em promover a conservação dos remanescentes de vegetação nativa e da biodiversidade existentes na Mata Atlântica. Sendo assim, o PMMA tem mostrado ser uma grande oportunidade para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, fortalecendo tanto o órgão municipal do meio ambiente como também o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

3.3. PMMA de Florianópolis

O objetivo geral do PMMA de Florianópolis é identificar os remanescentes de Mata Atlântica no território municipal e promover condições para sua conservação e recuperação.

Os objetivos específicos e suas respectivas estratégias e ações foram construídos inicialmente em um workshop proporcionado pelo Instituto SOS Mata Atlântica em parceria com a empresa Ambiental Consulting, oferecido aos integrantes do GT-PMMA e convidados (ICMBio e outros servidores da FLORAM).

Após o workshop, o GT-PMMA, em parceria com colaboradores analistas do ICMBio, realizou mais três reuniões técnicas, onde as estratégias e ações foram detalhadas e organizadas dentro de cada objetivo. Um total de treze objetivos foram construídos para o PMMA de Florianópolis, cada um deles contendo estratégias e ações a serem conduzidas em curto, médio e longo prazo.

1. Integrar políticas públicas de planejamento territorial visando à conservação e recuperação da Mata Atlântica, no âmbito da região metropolitana de Florianópolis;
2. Tornar mais efetiva a proteção das Áreas de Preservação Permanente – APPs, recuperar as APPs degradadas e reconhecer áreas importantes passíveis de proteção ambiental e os serviços ecossistêmicos por elas fornecidos;
3. Fortalecer, criar e ampliar Unidades de Conservação – UCs, preferencialmente em ambientes naturais não protegidos em sua integralidade e áreas sob forte expansão urbana, valorizando os serviços ecossistêmicos fornecidos;
4. Manter a conectividade ecológica entre os remanescentes de Mata Atlântica;
5. Diminuir o impacto da expansão urbana sobre os remanescentes de Mata Atlântica;
6. Apoiar e incentivar práticas pedagógicas e contribuir para a difusão do conhecimento sobre a conservação e a recuperação da Mata Atlântica;
7. Incentivar práticas de uso sustentável dos recursos e do território da Mata Atlântica, de forma a garantir os serviços ecossistêmicos associados;
8. Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e valorização dos serviços ecossistêmicos de regulação;
9. Manter a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos do município e serviços ecossistêmicos a eles relacionados;

10. Fortalecer as práticas agrícolas de baixo impacto;
11. Fortalecer e valorizar as comunidades tradicionais relacionadas à Mata Atlântica;
12. Melhorar a arborização urbana em logradouros, praças, parques urbanos e áreas verdes públicas e privadas;
13. Fortalecer e desenvolver o turismo sustentável como alternativa ao turismo de massa, visando à redução de danos ao meio ambiente.

Estas estratégias e ações serão objeto de revisão periódica pelo Município.

3.4. Plano Diretor Municipal

Conforme o texto do Plano Diretor do município de Florianópolis, a Lei Complementar nº 482/2014 regula a preservação do meio ambiente e áreas naturais, conforme se extrai de seus objetivos, princípios e diretrizes (artigos 8º, 9º e 10).

O capítulo III (artigos 19 e 20), prevê Estratégias e Políticas de Preservação e Conservação Ambiental, abrangendo o meio ambiente natural, paisagístico e cultural. Já os artigos 42 a 51 e 140 tratam das áreas de interesse ambiental, notadamente as Áreas de Preservação Permanente – APPs, Unidades de Conservação – UCs e outras Áreas de Limitação Ambiental – ALAs. Os zoneamentos ditos de “transição” de Área de Preservação com uso Limitado – APL e Área Residencial Rural – ARR, têm como um de seus objetivos e aplicações principais a criação de uma área de amortecimento, com taxas de ocupação e impermeabilização reduzidas, no entorno das APP e UC, e configuram-se como uma importante estratégia de planejamento para auxiliar na manutenção de fragmentos de vegetação fora de áreas legalmente protegidas, exercendo importantes funções ambientais, notadamente como corredores ecológicos.

3.5. Área verde de lazer – AVL

Dezenas de áreas verdes e praças se espalham assimetricamente pela cidade, muitas delas encontram-se em situação de abandono ou subutilizadas. São espaços bastante utilizados pela população para recreação e descanso, especialmente nos finais de semana.

O Plano Diretor municipal (Lei Complementar nº 482/2014) define as Áreas Verdes de Lazer – AVLS como “os espaços urbanos ao ar livre de uso e domínio público que se destinam à prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando

quando possível a criação ou a preservação da cobertura vegetal”. Essas áreas são criadas no processo regular de parcelamento do solo (loteamentos), sendo consideradas importante ferramenta urbanística para melhoria da qualidade da paisagem urbana, possibilitando a recreação em contato com a natureza e a manutenção de conexão entre fragmentos de vegetação, especialmente para a avifauna.

É possível identificar que os parques urbanos são escassos no Município, surgindo como demanda em diversas comunidades. Dentre os poucos estabelecidos, destacam-se o Parque Municipal Prof. João David Ferreira Lima (Parque Ecológico do Córrego Grande), o Jardim Botânico no Itacorubi, o Parque da Luz, o Parque de Coqueiros, o Parque Linear do Córrego Grande e o Parque da Ponta do Sambaqui, todos recebendo cotidianamente visitantes aos finais de semana.

3.6. Unidades de Conservação

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, Unidade de Conservação – UC é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

No artigo 4º da Lei Federal nº 9.985/2000 são listados os 13 objetivos do SNUC, que de forma resumida incluem: contribuir para a proteção, preservação e recuperação/restauração da diversidade biológica, genética, de ecossistemas e paisagens naturais, de recursos hídricos e edáficos, e das espécies ameaçadas de extinção; promover o desenvolvimento sustentável, a utilização de princípios e práticas de conservação, o incentivo a estudos ambientais, a valorização da diversidade biológica e das populações tradicionais, a educação ambiental e as atividades em contato com a natureza.

O SNUC apresenta doze categorias de gestão e manejo para as UCs do território brasileiro, divididas em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com algumas exceções. Este grupo apresenta cinco categorias de UCs.

II - Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Existem sete categorias de UCs previstas neste grupo.

Criadas pelo Poder Público a partir de estudos técnicos e processo participativo, podem ocorrer em terras públicas e/ou privadas, de acordo com cada categoria. Devem dispor de um conselho gestor e possuir um Plano de Manejo, o documento técnico orientador da gestão. No processo de implementação das UCs são previstos também o reconhecimento dos Corredores Ecológicos e das Zonas de Amortecimento como ferramentas de gestão.

Importante mencionar que, entre as áreas prioritárias para o estabelecimento de UCs constam as ilhas costeiras, conforme art. 44 do SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000).

Desta maneira, as UCs se colocam como ferramentas fundamentais para o ordenamento territorial e para o planejamento urbano, pois possibilitam a proteção e o uso sustentável dos ecossistemas naturais, suas características físicas, sua flora e sua fauna, bem como de seus diversos serviços ecossistêmicos associados, buscando a manutenção do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

3.7. Histórico das Unidades de Conservação em Florianópolis.

Ainda na década de 1950, quando Florianópolis ainda não havia intensificado seu processo de urbanização, o Decreto Presidencial nº 30.443/1952 já apontava a necessidade de proteção das florestas e encostas da Lagoa do Peri ao sul da Ilha de Santa Catarina. A partir da década de 1970, as praias do interior da Ilha e da parte continental da cidade se tornaram balneários buscados por veranistas e turistas. Na ausência de indústrias, restou para Florianópolis a balneabilidade, as estruturas administrativas, o comércio e o turismo de massa. Iniciou-se, então, o processo de ocupação urbana que viria a substituir as roças e pastagens que haviam sido abandonadas pelo declínio das atividades agrícolas.

Atualmente, a capital catarinense apresenta 22 unidades de conservação entre federais, estaduais e municipais, totalizando cerca de 40% do território protegido

(GÓES, 2021). De certa forma, as UC conservam a paisagem e influenciam o desenvolvimento econômico, social e cultural da capital de Santa Catarina.

3.8. Principais impactos e pressões ambientais

A partir da década de 1960, Florianópolis insere-se no contexto brasileiro de intensa urbanização, incrementado principalmente pelo asfaltamento da BR-101, a construção das pontes Colombo Machado Salles na década de 1970, e Pedro Ivo Campos na década de 1990, que ligam a Ilha de Santa Catarina à parte continental, os aterros, as obras viárias que interligam os balneários a área central, fomentando a dinâmica da capital.

Concomitante, Florianópolis, na condição de capital de estado, passa a sediar instituições federais (UFSC, ELETROSUL, como exemplos) e do governo do Estado (Secretarias Estaduais, Ministério Público, Assembleia Legislativa, entre outras). Essa nova dinâmica atrai fluxo de pessoas de outras regiões do Brasil e mesmo do exterior.

A partir da década de 1970, o turismo passa a fazer parte do contexto socioeconômico e cultural da Ilha de Santa Catarina, entretanto é na década seguinte que o turismo ganha força e inicia uma mudança significativa na paisagem. O uso do solo, anteriormente para a agricultura e as praias para a pesca artesanal, passam a ser cobiçados pela especulação imobiliária e a urbanização se intensifica. Ocorre ampliação da rede hoteleira, de bares, restaurantes, assim como outros estabelecimentos comerciais e de serviços.

No início deste milênio, Florianópolis passou a ser um sonho de consumo, principalmente das camadas sociais mais abastadas brasileiras e mesmo do Mercosul, atraídos pelas belezas naturais e pela sensação de segurança e tranquilidade. A população que em 1980 era de aproximadamente 188 mil habitantes passa para quase 575 mil habitantes em 2023, representando um aumento de 305,8% (IBGE, 1980;2023)

Esse crescimento demográfico provocou uma verdadeira explosão imobiliária e consequentes impactos sobre o espaço natural, comprometendo a faixa litorânea, dunas, lagoas, manguezais e encostas cobertas pelas matas remanescentes e em regeneração.

3.9. Corredores biológicos

Corredores biológicos podem ser conceituados como uma parcela de ecossistema natural que faz a ligação entre duas ou mais unidades de conservação, que foram separadas por interferência humana, possibilitando a manutenção da biodiversidade com seus processos evolutivos. Podendo ser implementados em qualquer tipo de bioma, eles permitem o deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal, além de reduzir os efeitos da fragmentação dos ecossistemas, promovendo a ligação entre diferentes áreas e permitindo o fluxo gênico entre espécies de fauna e flora. Os corredores são, portanto, uma estratégia para amenizar os impactos das atividades humanas sob o meio ambiente e uma busca ao ordenamento da ocupação humana para a manutenção das funções ecológicas no mesmo território (MMA, sem data).

Em termos de direito ambiental um corredor ecológico pode ser considerado como uma forma administrativa de preservação ambiental, fazendo parte do sistema nacional de proteção ao meio ambiente. São regulamentados pela Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e seu Decreto 4340/2002. As regras de utilização e ocupação dos corredores e seu planejamento são determinadas no plano de manejo da Unidade de Conservação à qual estiver associado, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (MMA, sem data).

3.10. A formação do bairro do Córrego Grande

O Córrego Grande é um bairro de Florianópolis, localizado na parte central do município e é integrante do distrito sede e da Bacia Hidrográfica do Rio Itacorubi. O bairro faz divisa com Santa Mônica a norte, Itacorubi a nordeste, Lagoa da Conceição a sudeste, Campeche a sul, Costeira do Pirajubaé a sudoeste, o Pantanal a oeste e Trindade a noroeste, conforme mapa a seguir (fig. 02).



Fig. 02 – Delimitação do bairro do Córrego Grande.

Fonte: OpenStreetMap, 2021. Modificado pelo autor.

Início do núcleo do povoamento da localidade

O nome do bairro Córrego Grande se deve ao córrego de mesmo nome que cruza o bairro, juntando-se posteriormente ao Rio Itacorubi, tendo sua foz junto ao Manguezal do Itacorubi, na baía norte da Ilha de Santa Catarina. Este córrego foi essencial para a lavagem de roupas, que foi uma importante fonte de renda no passado.

Virgílio dos Reis Várzea, escritor, jornalista e contista catarinense, apresenta em seu livro *Santa Catarina: a ilha*, lançado em 1900, diversos relatos e observações acerca da ocupação espacial da capital catarinense. Várzea (1900) descreve a região do Córrego Grande como singular entre todos os povoados da Ilha, pelo terreno acidentado e os declives abruptos de seus topos de colina, sobrepondo-se uns aos outros quase sem a menor superfície plana. A origem do bairro está ligada com a chegada de imigrantes açorianos no decorrer do século XVIII, que chegaram ao litoral

catarinense e foram ocupando o interior da Ilha de Santa Catarina, buscando por terras para cultivo.

A povoação do Córrego Grande é ainda mais rareada que a do Pantanal e suas habitações suspensas quase todas a encostas e socalcos de morros, cortados de fios de água numerosos e de uma grossa cachoeira que nasce no contraforte do monte do Padre Doutor, na Lagoa. Essa cachoeira, a 400 metros mais ou menos de altura (VÁRZEA,1900, p. 97).

Os primeiros moradores do bairro cultivavam em maior quantidade mandioca, cana-de-açúcar e café, e através dos engenhos produziam a farinha de mandioca, o açúcar, o melado e a cachaça, já o café era torrado e moído. Em 1947 o bairro contava com mais de 100 casas e 6 engenhos (KOERICH, 2006), que pertenciam aos agricultores mais ricos.

Era um engenho tocado a boi. A farinha, meu pai fazia 35 alqueires de farinha, num caixão grande que ele tinha preparado. Tudo forrado de lata. Fazia aquela farinha pro ano todo. A gente plantava mandioca, né!? E na época de fazer farinha, trazia aquelas gorduras de carne seca, botava na farinha, botava a farinha naquela banha derretida e ficava uma farinha gostosa, cheirosa. Trabalhava dentro do engenho, naquela banheira grande. Ia mexendo, pra não queimar, e quando estava bem amarelinha, parava o boi do engenho, tirava a farinha, ensacava e botava no caixão (Seu João) (MARCON,2006, p. 74).

De modo geral, os agricultores vendiam e/ou trocavam seus produtos por pescados com a população da Lagoa da Conceição, com quem mantinham contato por meio de caminhos. No bairro também havia a criação de gado para produção de leite e de carne, havia ainda porcos e galinhas, esses últimos eram para o consumo próprio.

Trechos do livro de Várzea (1900) descrevem a relação da população com o lugar, as paisagens e os usos do solo da época:

A freguesia de Trás do Morro, já nossa conhecida pela célebre romaria da Trindade, está situada entre o Monte do Pau da Bandeira e os do Córrego Grande, Rio Tavares e Lagoa, que formam entre si uma superfície ondulada de 30 a 40 quilômetros quadrados, em sua maior

parte, como vimos, cultivada de cereais, cafeeiros, cana, pastagens e vinhas, para as quais terreno e clima se prestam admiravelmente, como, aliás toda a Ilha. O solo da freguesia ocupa vasta área toda plana e cortada de culturas, que se irradiam em torno da praça onde se acha a igreja, cercada de interessantes habitações, dentre as quais se destacam algumas chácaras com jardins. Para o lado do norte, estende-se o Campo das Camarinhas, onde se fazem corridas de cavalos e onde por essa ocasião se reúne o mundo esportivo de Florianópolis. Antigamente tais corridas eram feitas no campo aberto e sem preparo, mas hoje acha-se aí construído um prado com todos os requisitos e modelado pelos do Rio de Janeiro. Em Trás do Morro abundam as hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de médias vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite à capital, fazendo este comércio rapazinhos de 12 a 15 anos (VÁRZEA, 1900, p.127-128).

A área descrita por Várzea (1900) como sendo “Trás do Morro” abrange hoje os bairros da Trindade, Córrego Grande e Itacorubi. André Marcon expõe em sua dissertação de mestrado diversos relatos de moradores antigos do bairro, um dos entrevistados, Seu Chico, aponta que as moradias da época eram construídas nas encostas dos morros:

O pessoal vivia em morro. O pessoal da Barra da Lagoa, da Lagoa, do Rio Vermelho, daquela região, da costa leste da Ilha, eles se referiam a nós aqui como o pessoal de Trás do Morro, que aí coincide com o pessoal de Trás do Monte, em Portugal. Então, o pessoal que vinha de lá, então eles diziam: o pessoal de Trás do Morro. O pessoal desta região da Trindade, Córrego Grande, Itacorubi era o pessoal de Trás do Morro. Na verdade, a habitação era entre a Lagoa e o Córrego Grande, no morro, na espinha dorsal, no Maciço da Costeira. Ali eram as habitações. O pessoal saía do Córrego Grande e ia no Sertão de Dentro. O Sertão de Dentro fica quase na Costeira, lá atrás, dentro do mato. Então, o forte das habitações não era na baixada, era tudo nos morros aí (Seu Chico) (MARCON, 2006, p. 77).

Os anos 50 e a consolidação como bairro

Nos anos 50, os bairros Córrego Grande e Itacorubi eram os principais fornecedores de leite da área central de Florianópolis, abastecendo residências familiares, o Hospital de Guarnição do Exército e principalmente a usina de leite que

se localizava próximo ao Colégio Catarinense (KOERICH, 2006). O gado leiteiro era a principal fonte de renda das famílias do bairro do Córrego, dividindo a população em três grupos: os que tinham grande criação de vacas e vendiam pra usina; os chamados leiteiros, que possuíam poucas vacas e vendiam o leite de casa em casa; e os que não detinham vacas, mas trabalhavam com as entregas.

A carne de porco fazia parte da alimentação da população, além de utilizar da banha para cozinhar e fabricar sabão, morcilha e torresmo. Os ovos e a carne de galinha também eram consumidos, sendo esta última somente em ocasiões especiais. Outras criações como patos e perus, embora poucas, aconteciam na região. A criação de cavalos também era comum, sendo usados para transporte e serviços gerais. Como não havia energia elétrica na região, a carne consumida diariamente era o charque, a linguiça e os miúdos, que eram vendidos nas vendas do bairro.

Nessa época os cultivos eram mais diversificados, foram introduzidas as culturas de batata, feijão e verduras. Era comum que as propriedades rurais tivessem uma área para as roças e outra para árvores frutíferas como laranja e bergamota.

Meu pai vivia da agricultura, tinha umas vacas de leite, cuidava das vaquinhas, plantava batata, aipim, cana para os animais. Antigamente era assim, porque quase não tinha progresso de nada, de serviço. A não ser no tempo que começaram os Padres, né!? (Dona Nilza) (MARCON, 2006, p. 74).

A produção de laranja foi intensa na localidade e teve um significado importante para a população do bairro e entorno. Esta produção foi tão importante que a festa do Divino Espírito Santo, que ocorre na paróquia da Trindade até hoje, é conhecida como a Festa da Laranja. Grande parte das laranjas vendidas na festa, eram provenientes deste bairro (KOERICH, 2006).

Laranja aqui era de monte. Era laranja e café. Cada um tinha seu pomar; todo mundo tinha, mesmo o pobre tinha cinco ou seis pés de laranja. Laranja, banana e café era o que mais dava aqui. Tinha pé de laranja que era maior que esta minha casa toda! (Seu Joca) (MARCON, 2006, p. 73).

Nesta época era comum que os agricultores que não tinham terras, trabalhassem na propriedade de outros, tratando de animais, plantando e limpando

terreno. Segundo KOERICH (2006), a pecuária ocupava cerca de 20% das terras da localidade, concentrando-se nas áreas mais baixas do Maciço da Costeira junto aos córregos. A agricultura ocupava mais de 40%, os reflorestamentos com eucalipto ocupavam 3%. Parte dos terrenos eram cobertos por mata ou capoeira.

Cheio de mato, só mato, só pasto, pasto grande. Tinha uma porteira na boca da rua, e na entrada da nossa casa tinha uma porteira de bambu. Hoje vocês entram é tudo rua calçada, mas antigamente era pasto, que pra nós visitarmos uma pessoa era longe, o terreno era grandão! Da boca da rua até a nossa casa era só mato! (Dona Nilza) (MARCON, 2006, p.71).

O comércio e a economia do bairro

O comércio do Córrego Grande era pequeno contando com dois importantes estabelecimentos: a venda do Seu Otacílio, onde ocorria a venda de produtos básicos como sabão e querosene para iluminação, ocorria ainda a compra e/ou troca dos excedentes da produção local; e o matadouro dos Vidal que era o principal fornecedor de carne para as famílias mais abastadas, mas que não tinham cabeças de gado. Produtos mais elaborados como panelas e tecidos eram comercializados no Mercado Público.

Ah! Eu ia lá. Eles tinham um matadouro, o Pedro Vidal. Eu ia lá com um carrinho de mão. Nós íamos lá comprar o fato, pra levar pra casa, pra limpar e depois vender nas portas. (Seu Dico) (MARCON, 2006 p. 92)

Ali eles matavam boi toda a sexta-feira. Matavam uma porção de boi. Eu fiz um balainho pra minha filha mais velha, ela tinha 7 anos, ir ali comprar carne. A carne ainda vinha pulando assim, viva ainda. A mulher fazia. (Seu Ari). (MARCON, 2006, p. 92)

Outra atividade que ocorria no bairro era a lavagem de roupa “pra fora”, realizada pelas mulheres e servia como uma complementação da renda. Segundo KOERICH (2006) as lavadeiras do Córrego atendiam as famílias que moravam no centro de Florianópolis, na Trindade e no próprio bairro. Para lavar a roupa, as

lavadeiras utilizavam um sabão caseiro, fabricado por elas próprias a partir da "anogueira", um tipo de noz encontrado no bairro.

Aí tinha as lavadeiras que lavavam naqueles lavadorinhos de pedra, né!? Ajoelharam-se, assim, no chão, lavavam. Eram tão bonitas aquelas roupas bem branquinhas que elas moravam num dia de sol. A gente passava lá era tudo branquinho das lavadeiras todas quando elas tinham lavação pra fora, né!? Elas iam, pegavam aqueles sacos de roupa da cidade pra lavar ali. A Dona Chiquinha do Seu João, ela criou os filhos tudo assim, lavando roupa! (Dona Neide) (MARCON, 2006, p. 88).

Ah! A minha mãe ia pro córrego e eu ia com ela pra cuidar do fogo, pra acender o fogo e ensaboar aquelas miudinhas pra botar na lata e ferver. Era assim! Eu devia ter uns dez anos, onze anos, por aí... E como tinham lavadeiras, eita! Se você visse, credo! Ficava uma fila. Era bom! A gente conversava, ria, dizia bobagem. Era bom! (Dona Belina) (MARCON, 2006, p. 88).

Havia ainda a atividade de renda de bilro, outra habilidade feminina que proporciona uma renda extra, podendo ainda ser o sustento de algumas famílias. As mulheres solteiras também trabalhavam na colheita do café, mas recebiam menos por este serviço (KOERICH, 2006).

Demonstrações culturais como o pão-por-Deus (um costume antigo de fazer bilhetinhos decorados onde eram escritos versos e sempre um pedido no final) e a olaria ainda estão presentes nas lembranças dos moradores mais antigos.

Eu quero dar um coração no dia do pão por Deus. Você não sabe, eu faço um coraçãozinho, boto uma cantiga ali, aí eu mando pra você. Aí você lê, gostou daquilo, aí depois eu peço o pão para Deus. Eu me lembro do primeiro coração que eu mandei, eu disse pra mãe: 'Mãe, vou mandar o coração com Deus pro Seu Olegário, será que ele me dá um presente?'. Seu Olegário é irmão do meu pai. Aí mandei, que ele gostava muito de mim, ele me deu uma caixinha de pó de arroz, que chamava antigamente, hoje diz que é base, uma caixinha com umas rosinhas em cima. Ah, eu fiquei tão contente! Aquilo ali durou tempo, eu só usava um bocadinho e pronto (Dona Nilza) (MARCON, 2006, p.102).

Relações sociais, costumes, religiosidade e festividades dos moradores

As famílias da região relacionam-se através das trocas, do parentesco e da ajuda mútua e tinham a religião como algo fundamental para a comunidade.

As crianças tinham uma dura realidade. Os meninos começaram logo a trabalhar ajudando em casa, na alimentação dos animais e na roça. Já as meninas ficavam responsáveis pelo cuidado com os irmãos menores que eram muitos, pela limpeza de casa, lavavam roupa no córrego, colhiam café nas chácaras de outras famílias e faziam renda para ganhar algum dinheiro para a família. Muitas dessas crianças não completaram os estudos ou nem iniciaram a escolaridade, pois tinham que fazer essas tarefas. De acordo com depoimentos, a escola próxima mais antiga chamava-se Olívio Amorim e estava situada no Bairro da Trindade, onde hoje se localiza o prédio do Departamento de Administração Escolar (DAE) da UFSC (KOERICH, 2006, p. 16-17).

As benzedadeiras e as parteiras exerciam um grande papel dentro da comunidade, assim como os padres jesuítas do Colégio Catarinense, estes possuíam uma grande propriedade agrícola que perdurou até o fim dos anos 60. Muitos moradores da localidade trabalhavam, cuidando das roças e dos pomares de diversas culturas, criando gado leiteiro e porco.

Os padres jesuítas foram grandes responsáveis também pela vida religiosa da comunidade do Córrego Grande. O mais representativo líder religioso foi o padre João Alfredo Rohr, muito estimado e respeitado pela comunidade. Em sua homenagem, a escola pública do bairro recebeu o seu nome (KOERICH, 2006, p.21).

Eu fui trabalhador dos Padres também. Eu trabalhei na roça dos Padres. Era milho, melancia, tomate, feijão... era uma barbaridade demais! Só no estrume só, porque era muito gado que eles tinham, né!? Todo sábado, eles matavam um boi. O que sobrava daqui ia pros alunos do Colégio Catarinense comer. Tinha leite também, vinha um caminhão todo dia pegar o leite, à vontade. (Seu Maneca) (MARCON, 2006, p. 89-90).

Muita gente trabalhava na Chácara dos Padres. Eu cheguei a trabalhar ali. Eu trabalhei na época em que vieram os irmãos de Porto Alegre e

começaram a fazer plantação ali: tomate, cenoura... Então, a gente trabalhava na plantação de tomate, não era muito puxado não. Ganhava um dinheirinho... Foi ali que eu conheci a minha esposa. Na verdade, eu já a conhecia de antes. A gente morava aqui e todo mundo conhecia todo mundo. (Seu Joca) (MARCON, 2006, p. 90).

A Capela do Puríssimo Coração de Maria (Igreja dos Padres), hoje localizada atualmente no Loteamento Jardim Anchieta, foi construída pelos padres e até hoje, batizados, missas e casamentos são realizados ali.

Primeiro os Padres construíram uma igrejinha de madeira e depois, carregando pedra aquele morro ali com a zorra, arrumaram a rua. Aí eles carregavam, arrastavam com os bois as pedras. Meu pai ajudou a construir a igreja. Esta igreja foi inaugurada em 1933 e o primeiro casamento naquela igreja foi dos meus pais. Meus pais casaram em fevereiro de 1934, dia de São Brás (Seu Chico) (MARCON, 2006, p.91).

A igreja exercia um papel significativo e centralizador para a comunidade do bairro, sendo um ponto de encontro e de referência. É citada por vários moradores da localidade na época como o principal símbolo do Córrego Grande. Muito dessa ideia se deve ao fato da igreja ter sido construída com a participação da comunidade e utilizando matéria-prima local, havia um sentimento de pertencimento, os padres eram admirados e queridos pelos moradores. Toda essa relação entre comunidade e igreja, ocasionou uma autonomia desta em relação às paróquias vizinhas.

Sua outrora vívida presença, substanciada no bater dos sinos e na realização diária das missas (para os seus empregados), contrasta com o que atualmente ali se apresenta: hoje aqueles antigos moradores do Córrego Grande já não mais ouvem o badalar diário dos sinos da Igreja dos Padres (os sinos só batem aos sábados à tarde, antes da missa), mesmo porque a profusão de barulhos também não permitiria sua repercussão. E, de qualquer jeito, as missas, agora restritas a um dia por semana, são frequentadas, em sua maioria, pelos “forasteiros” que em seu entorno passaram a residir (MARCON, 2006, p.92).

As festas religiosas aconteciam principalmente na Igreja da Trindade e na Igreja Puríssimo Coração de Maria, sendo as principais a Festa do Divino Espírito Santo, a da Santíssima Trindade e a Festa da Laranja.

Quando este pessoal andava com o Divino Espírito Santo, de casa em casa, nós varremos o terreiro todo, limpamos a casa toda, mudávamos de roupa, botamos aquela roupinha boa que tinha, que era dia do Espírito Santo (Dona Belina) (MARCON, 2006, p. 97).

Os bailes e as domingueiras, mesmo sendo poucos, também tinham sua importância para a comunidade e estavam presente no calendário festivo da população, podendo acontecer tanto em bailes e clubes da cidade quanto na própria sala de casa.

Aconteciam no Bairro do Itacorubi, na Lagoa da Conceição e no Clube do Sr. Manoel Vicente, local onde atualmente encontra-se a Escola da Ilha. Outra festividade tradicional era o Terno-de-reis, no mês de janeiro, quando um grupo de músicos saía à noite cantando de porta em porta, em troca de qualquer retorno (comida ou dinheiro). O boi-de-mamão no mês de julho e a farra do boi na Quaresma, ocorriam praticamente em toda ilha. (KOERICH, 2006, p. 18).

As lendas e superstições faziam parte do imaginário e das tradições da população, as noites escuras aliada da falta de luz elétrica e da distância dos vizinhos contribuíram para o surgimento de mitos e crenças em bruxas, boitatá, lobisomem...

Aqui tinha lenda. Meu pai sempre falou que existia lobisomem, que hoje se falar pra alguém ninguém acredita, né!?, e que tinha feiticeira. Existiam essas lendas e o pessoal mais antigo dizia que era verdadeiro. Minha mãe contava casos que tinha que esperar que o galo cantasse pra depois a pessoa seguir. Agora, também, a gente não sabe, mas que existia, existia! Nós tínhamos cavalo, o cavalo corria no pasto de noite. Diziam que elas [as feiticeiras] montaram no cavalo de noite. Tinha mula sem cabeça, teve gente que viu! (Seu Joca) (MARCON, 2006, p. 111).

Vegetação nativa e exótica, caça e estradas

A caça era uma prática pouco realizada no bairro, acontecendo mais nas áreas de matas fechadas como no alto do Maciço da Costeira e no Morro do Padre Doutor (hoje Morro da Lagoa). Aves e pequenos animais como tatu, gambá e aracuã eram os principais alvos dos caçadores.

A mata mais fechada, com as maiores árvores, se localizava no alto do Maciço da Costeira e no morro do Padre Doutor, conhecido hoje como Morro da Lagoa. Nessas matas era possível caçar, coletar lenha e madeira para construções. Essas áreas eram consideradas de uso comunitário onde todos tinham acesso. A maior parte da população idosa atual, percebe a diferença da vegetação das décadas passadas com a de hoje. A caça foi proibida por lei em 1967 (KOERICH, 2006, p. 22).

O eucalipto, encontrado em diversas áreas do bairro, é uma espécie exótica inserida na região no início do século XX, devido ao rápido crescimento da árvore aliado da demanda por madeira.

Foi trazido pelos padres jesuítas no final da década de 1920, por isso está atualmente muito misturado com a vegetação nativa do Córrego Grande. Os eucaliptos eram utilizados pelos jesuítas para a produção de madeira. A produção era beneficiada numa serraria montada na fazenda dos padres (KOERICH, 2006, p. 23).

No bairro havia poucas estradas, elas eram íngremes e de chão batido, o transporte acontecia a cavalo, carroça, carreta e carro-de-boi. O único transporte a motor era o caminhão e na região existiam dois, um que abastecia a venda do Seu Otacílio e outro do Colégio Catarinense que pegava leite na fazenda dos padres jesuítas.

Vinha um padre do Colégio Catarinense todo dia, aí levava o leite, verdura, ovos, esta coisa toda. De manhã batia o sino às cinco e meia, todo dia tinha missa na igreja. O padre vinha no caminhão, com motorista junto, né!? Aí rezava a missa às cinco e meia da manhã, terminava a missa, aí esperava tirar o leite e levava as coisas pro Catarinense. Todo dia fazia isso (Seu Maneca). (MARCON, 2006, p. 92).

Embora com todas as dificuldades de mobilidade da região, os habitantes sempre que possível estavam na Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Pântano do Sul, entre outros bairros do município. Eles aproveitavam a longa viagem para visitar os amigos e familiares e para comprar ou, principalmente, trocar os seus cultivos por peixes e outros frutos-do-mar como camarão, o berbigão, o marisco ou até para pescar. (KOERICH, 2006).

Intervenções do Estado e o crescimento urbano do bairro

Nas décadas de 60 e 70, o município de Florianópolis e conseqüentemente o bairro do Córrego Grande passaram por inúmeras modificações incentivadas pelo aparelho estatal.

A implantação da BR-101 (década de 50) integrou a capital catarinense ao restante do Estado, uma vez que esta era considerada isolada devido suas configurações geográficas. Somado a isto, diversas políticas públicas em níveis Federal e Estadual foram aplicadas no município como: a construção da Avenida Rubens de Arruda Ramos – Beira-mar Norte (década de 60); a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1960) e da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1965); a chegada da Sede da Eletrosul (1968); a criação de órgãos estatais como Celesc (1955), Telesc (1974) e Cidasc (1979).

Com essas transformações, a capital catarinense foi aos poucos trocando o estilo tradicional açoriano pelo moderno cosmopolita, apresentando um crescente aumento da população que em 1950 era de 51.317 (IBGE 1950), passou para 98.520 nos anos 60 (IBGE 1960) e chegou aos 138.337 na década de 70 (IBGE, 1970).

Os bairros da Trindade, Itacorubi e adjacências foram as localidades da Ilha que mais se expandiram em razão da proximidade com os diversos órgãos públicos instalados. Bairros residenciais de classe média e média alta formaram-se após a implantação das sedes das instituições públicas, como o Parque São Jorge e Jardim Anchieta, localizados na bacia do Itacorubi (FACCIO, 1997, p. 137).

Não esquecendo de suas próprias peculiaridades históricas, em nenhum outro momento da história de Florianópolis a presença do aparelho de Estado transformou

tanto o espaço urbano da cidade como nessas últimas décadas (FACCIO, p. 59, 1997).

A partir da década de 1970, o turismo passa a fazer parte do contexto socioeconômico e cultural da Ilha de Santa Catarina, entretanto é na década seguinte que este ganha força e inicia uma mudança significativa na paisagem. O uso do solo, anteriormente para a agricultura e as praias para a pesca artesanal, passam a ser cobiçados pela especulação imobiliária e a urbanização se intensifica.

Ocorre ampliação da rede hoteleira, de bares, restaurantes, assim como outros estabelecimentos comerciais e de serviços.

Com a instalação dessas novas instituições e órgãos públicos, um grande e intenso fluxo de pessoas direcionou-se para a região da Bacia do Itacorubi. O Córrego Grande, como bairro integrante desta área, foi um dos procurados para ser moradia dos funcionários destas instituições.

E o Córrego Grande que, como visto, não carrega em seus limites nenhum destes grandes estabelecimentos estatais, não restou imune a tal processo, pelo contrário, por posicionar-se em contiguidade com as três localidades receptoras dos ditos órgãos públicos e ter também um respeitável acervo de grandes áreas vagas, culminou por atrair numerosos investimentos do setor imobiliário através da construção de imensos condomínios de casas e de numerosos edifícios residenciais, uma vez que, estando próximo às referidas instituições, atraiu muitos moradores que nelas trabalhavam e/ou estudavam (MARCON, 2006, p. 41).

Muitos agricultores que residiam na região, venderam suas terras, que por sua vez geraram diversos loteamentos. As terras do Seu Otacílio, por exemplo, deram lugar para o loteamento do Conjunto Guarani e o terreno dos Padres do Colégio Catarinense virou o loteamento Jardim Anchieta. Muitos filhos de agricultores, receberam lotes de terra como herança e os venderam para novos moradores (KOERICH, 2006).

Gilberto (45 anos) também nasceu no Córrego Grande. Seus pais vieram, logo após se casarem, do centro da cidade porali devido à oferta de lotes baratos e também pelas boas possibilidades de valorização da área tendo em vista, principalmente, a instalação da UFSC e de outros órgãos públicos nas cercanias do Córrego Grande.

Ele ali cresceu trazendo à lembrança as brincadeiras num lugar calmo, cheio de mato e de córregos limpos, mas também com estradas ruins e pouca gente. Falou muito das farras de boi que realizavam, das festinhas juninas que faziam, das peladas de futebol que jogavam nos espaços ainda pouco ocupados da Universidade. Atualmente, possui um restaurante na rua em que vive (que foi onde se criou), sendo bastante crítico com relação ao crescimento desordenado que ali vem se dando. (MARCON, 2006, p. 93).

Novas infraestruturas e melhorias nos equipamentos urbanos foram necessárias para poder organizar essa área que estava em expansão, muitas ações promovidas pelo Estado nas décadas de 60 e 70, contribuíram para o crescimento da região. O complexo viário foi um dos focos das melhorias, o poder público buscou promover a integração das regiões através das obras rodoviárias como a SC-404, que liga o Itacorubi à Lagoa da Conceição e a Via do Contorno Norte, que conecta a área central da cidade e os bairros situados a norte a leste da Ilha, sendo a primeira via expressa intraurbana a ser construída (SUGAI, 1994).

A Via Expressa de Contorno Norte possibilitou fácil acesso à Trindade e ao Norte da Ilha, antes dificultado pelas condições de tráfego das ruas que contornavam o Morro do Antão. As áreas ao leste do Morro do Antão, onde formaram-se os bairros da Trindade, Córrego Grande, Serrinha, Carvoeira, Pantanal, Santa Mônica e Itacorubi receberam outros investimentos, além da Via de Contorno Norte, contribuindo para um grande crescimento desses bairros a partir da década de 70. Destacando que nessas áreas foram instaladas praticamente todas as sedes dos órgãos públicos estaduais e federais, construídas na década de 70, com exceção daquelas localizadas no centro da cidade (FACCIO, 1997, p. 126).

Foi implantado também o Plano de Planejamento Plurianual (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - Cura Ilha E) que fora lançado em 1978 e os bairros da Agrônômica, Córrego Grande, Itacorubi, José Mendes, Pantanal, Prainha, Saco dos Limões, Saco Grande, Santa Mônica e Trindade foram escolhidos para receber os investimentos de infraestrutura vindos das esferas estaduais e federais. Segundo Marcon (2000) *apud* Marcon (2006), foram construídas 555 casas e 800 apartamentos, perfazendo 87.487 m² de área construída.

O Estado, através de investimentos efetuados com recursos federais e estaduais executou a melhoria da infraestrutura viária, a instalação de equipamentos sociais, de lazer e a implantação de conjuntos habitacionais, no sentido de ordenar o processo de ocupação desses espaços, dentro de uma visão estratégica de área de urbanização prioritária de Florianópolis. (MARCON, p.162-163, 2000) *apud* (MARCON, 2006, p. 44).

Ainda conforme Marcon (2000) *apud* Marcon (2006), o bairro do Córrego Grande foi contemplado com 71 casas no Conjunto Guarani e 84 apartamentos no Conjunto Elos, além disso, diversas ruas do bairro como a estrada geral, hoje denominada João Pio Duarte Silva, foram pavimentadas.

A instalação da Eletrosul e da UFSC figuram na historiografia, nas pesquisas da área de geografia, em análises antropológicas e, principalmente, na memória da cidade de Florianópolis como um marco, a grande virada a partir da qual a cidade cresceu e mudou em todos os sentidos – ocupação do espaço, oportunidades de emprego e mudanças referentes à população quanto à sua composição e costumes. (MOTTA, 2002, p. 67) *apud* (MARCON, 2006, p. 31).

Todas essas mudanças ocorridas nos anos 60 e 70 contribuíram para a abertura de uma vasta área de expansão urbana na Bacia do Itacorubi, em consequência disso ocorreu o adensamento populacional e a valorização e/ou especulação imobiliária.

Iniciou-se assim no bairro o que podemos denominar de “especulação imobiliária”, onde os terrenos passam a ser oferecidos a preços baixos. Os pobres vendem as áreas mais nobres e se instalam nos bairros menos valorizados da cidade, passando a surgirem os loteamentos vendidos a preços mais elevados, elitizando o bairro e tornando-se exclusivamente de classe média (VIEIRA, 2010, p. 118).

Houve uma transformação na cidade, nos anos seguintes, sob vários aspectos, desde a paisagem até a mudança de valores culturais. (FACCIO, 1997). Regiões que em praticamente sua totalidade eram rurais, ao longo dos anos tornaram-

se urbanas, consolidando uma das regiões mais urbanizadas da Ilha de Santa Catarina.

Algumas das consequências da expansão do Estado no espaço urbano de Florianópolis foram o crescimento populacional, aumento da população migrante em relação à população nativa, ampliação da classe média, expansão da malha urbana, especialização maior do setor de serviços, entre outros. (FACCIO, 1997, p. 133).

Importante destacar que o Córrego Grande era um bairro rural, onde os moradores só começaram a pagar o IPTU a partir de 1972. Antes, eles pagavam o imposto ao INCRA, dando a entender que, para os órgãos públicos, o Córrego Grande foi considerado uma área rural até 1972 (VIEIRA, 2010).

Com o decorrer dos anos, o bairro do Córrego Grande, assim como a região da Bacia do Itacorubi, foi crescendo, modernizando suas infraestruturas e aumentando sua densidade demográfica, contando com cerca de 10.563 habitantes (IBGE, 2010)

Atualmente o bairro possui boa infraestrutura, como rede de água, luz, saneamento básico, estradas pavimentadas, linha de ônibus, posto de saúde, creche, escolas, comércio variado, duas praças (uma no Berman e outra no Conjunto Guarani) e dois parques: O Parque Ecológico Municipal Prof. João Davi Ferreira Lima, também conhecido como Parque Ecológico do Córrego Grande ou Horto e o Parque Municipal do Maciço da Costeira. Os terrenos de mata ou capoeira correspondem a quase 50% da área do bairro. O comércio se desenvolveu muito e está variado. Há postos de gasolina, salões de beleza, academias de ginástica, padarias, lanchonetes, lojas de roupas, papelarias, farmácias, colégios dentre outros. Como hoje há poucos terrenos vagos no local, eles tornaram-se caros. Um caso que gera conflitos entre as construtoras e a população local é a construção de prédios no bairro. É o que chamamos de verticalização urbana. (KOERICH, 2006, p. 29).

No ano de 2011, um terceiro parque no bairro foi inaugurado no bairro, o Parque Linear do Córrego Grande – PLOG, localizado próximo à trilha do Poção, que visa conectar a Cachoeira do Poção e o Manguezal do Itacorubi, margeando o rio Córrego Grande.

3.11. História e formação do parque

Como citado anteriormente, a vegetação original da região era a Mata Atlântica e que sucessivos processos de desmatamento ao longo dos anos foram modificando a cobertura vegetal do local. Devido à proximidade da área do PEGC aos rios e córregos integrantes da Bacia do Rio Itacorubi e do Manguezal do Itacorubi, segundo GÓES (2011), o solo é extremamente úmido em algumas partes, caracterizando sua vegetação, conforme classificado por KLEIN (1987) como subárea da floresta tropical das planícies quaternárias, ou ainda, Floresta Ombrófila Densa de Planície Quaternária (IBGE, 1992).

Segundo GÓES (2011), anteriormente a sua criação como Horto Florestal, a área hoje ocupada pelo PEGC era uma chácara (fig. 03) com predominância de vegetação exótica de capim-meloso (*Melinis minutiflora*), sendo uma espécie africana introduzida no século XIX.



Fig. 03 - Área aproximada do PEGC no ano de 1938.

Fonte: Geoportal PMF – Ortofoto 1938, 1:35000. Modificado pelo autor.

Na ortofoto de 1938, observa-se que tanto na área que viria a ser o PEEG quanto nas localidades de entorno, há a presença de agriculturas e pastagens. Nota-se pelos tons de cinza, trechos mais lisos e outros mais rugosos além de áreas quadriculadas que se assemelham a lotes. Também é possível perceber o traçado da futura João Pio Duarte Silva a sul da imagem e a norte dos limites do PEEG o curso do rio.

Segundo KOERICH (2006), a pecuária ocupava cerca de 20% das terras da localidade, concentrando-se nas áreas mais baixas do Maciço da Costeira junto aos córregos, como na área do PEEG. A agricultura ocupava mais de 40%, os reflorestamentos com eucalipto ocupavam 3%. Parte dos terrenos eram cobertos por mata ou capoeira.

Através de uma entrevista realizada com um morador antigo do bairro, foi constatado que a área era de propriedade do Sr. Brás de Souza, que em 1946 vendeu a propriedade para o Governo do Estado, instalando-se então ali o Serviço Florestal de SC, subordinado ao Ministério da Agricultura. A partir daquele ano a área foi utilizada para o primeiro plantio experimental de *Pinus elliotti* no sul do Brasil. Também produziram mudas de *Eucalyptus spp*, ambas vegetações exóticas, são oriundas dos Estados Unidos e da Austrália, respectivamente. (GÓES, 2011, p. 47).

Na ortofoto de 1957 (fig. 04), percebe-se um início de plantio de pinus e eucaliptos, localizados na parte sudoeste da área delimitada na imagem. Segundo GÓES (2011), no ano de 1956 já haviam sido plantados 0,80 hectares de eucalyptus.

Na década de 60, a lei de incentivo fiscal nº 5106 de 02 de setembro de 1966, menciona que importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderiam ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil (BRASIL, 1966). Com isso, acarretou um grande aumento dos florestamentos e reflorestamentos com *Pinus.spp* e *Eucalyptus.spp*.



Fig. 04 - Área aproximada do PECC no ano de 1957.

Fonte: Geoportal PMG – Ortofoto 1957, 1:35000. Modificado pelo autor.

No ano 1963 ocorreu a extinção do Serviço Florestal, e a área foi repassada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, órgão também vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 1977, segundo GÓES (2011) o local teve a titulação definitiva passada em cartório para este órgão, mediante permuta por outra área com o governo do Estado. Nesta ocasião, a área do PECC foi denominada Posto de Fomento Florestal – POFOM (fig. 05).

O IBDF tinha cinco POFOM sendo estes em Laguna, Araquari, Porto União, Curitibanos e Florianópolis. O POFOM de Florianópolis funcionava onde hoje é a área do PECC, e produzia-se e plantava-se na época mudas de Pinus e Eucaliptos para reflorestar as Florestas

Nacionais de Três Barras, Caçador e Chapecó. Nos 21,3 hectares de área do PECO foram plantados 16,86 hectares com Pinus e Eucalyptus sendo o seu maior plantio realizado no ano de 1980 onde foram plantados 8,70 hectares de Pinus elliotti e 3,06 hectares de Eucalyptus.spp (GÓES, 2011, p. 50).



Fig. 05 - Área aproximada do PECO no ano de 1977, já com o POFOM instalado.

Fonte: Geoportal PMF – Ortofoto 1977, 1:35000. Modificado pelo autor.

Na imagem de 1977, percebe-se como a área que viria a ser o PECO já estava em quase sua totalidade constituída pelas espécies exóticas.

Até o momento 5,1 hectares já haviam sido plantados, sendo que além dos 0,80 hectares de eucaliptos plantados em 1956 já havia sido plantado mais 0,25 hectares de Pinus elliottii em 1971 e 4,05 hectares do mesmo em 1976 (GÓES, 2011, p.50).

Importante destacar que o processo de urbanização da região de entorno estava consolidando-se.

Em 1989, através da Lei Nº 7.732 de 14 de fevereiro do mesmo ano, o IBDF é extinto e para seu lugar é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, através da Lei Nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989.

No ano de 1991, a área passou a integrar a Base Técnica de Operações – BATEC do IBAMA, alterando as configurações do local para a conservação da biodiversidade, tomando as seguintes medidas:

- Possibilitar o restabelecimento natural das espécies vegetais nativas, uma vez que o sub-bosque era eliminado;
- Criar o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS apreendidos ou encontrados;
- Produzir mudas de espécies nativas para plantio na área e distribuição à comunidade.

O local passou ainda a contar com um posto de controle e fiscalização do IBAMA e com a administração de Reserva Biológica do Arvoredo. (GÓES, 2011, p. 53)

A criação do parque

No dia 5 de agosto de 1994 o Parque Ecológico do Córrego Grande – PECG, é inaugurado pelo convênio nº 3214/93-39 entre, IBAMA, Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF e COMCAP (fig. 06).

Nesta ocasião, o então prefeito Sérgio José Grandó afirmava que a abertura do parque tratava-se de um marco histórico, já que a cidade almejava ser a capital turística do MERCOSUL e que, portanto, deveria se preocupar também com a natureza. Fica estabelecida então a vocação do local para preservação e conscientização ecológica, educação ambiental, lazer e recreação para a comunidade. Mas anteriormente, antes de tonar-se Parque Ecológico, de acordo com os relatos dos administradores do IBAMA, antes do Parque Tecnólogo implantado em 1993 se estabelecer no bairro João Paulo, cogitava-se utilizar a área do PECG para tal (GÓES, 2011, p. 53).

Porém, 51 dias após a abertura do parque, uma tempestade acompanhada de fortes ventos derrubaram várias árvores do local, um eucalipto de cerca de 30

metros caiu em cima de pai e filho ocasionando a morte de ambos. A tragédia ocorrida provocou o fechamento do parque e a discussão acerca da utilização de áreas de reflorestamento.

A partir desta data a comissão de Gerenciamento do PEGG, baseada em parecer técnico que constatou a falta de indicadores confiáveis para avaliar a sanidade das árvores em questão, decidiu pelo corte raso de todos os eucaliptos que ocorriam na área e sua substituição por espécies nativas. O Ministério Público também determinou que o local para receber visitação, não poderia ter este tipo de espécie por trazer riscos aos visitantes (GÓES, 2011, p. 54).



Fig. 06 - Área aproximada do PEGG no ano de 1994, já sob responsabilidade do IBAMA.

Fonte: Geoportal PMF – Ortofoto 1994, 1:35000. Modificado pelo autor.

Na imagem de 1994, percebe-se uma vegetação com menor homogeneidade quando comparada com a imagem de 1977, muito devido ao processo de regeneração do sub-bosque promovido pelo IBAMA (GÓES, 2011). Nota-se também a consolidação da urbanização na região do entorno do PEGG.

No ano seguinte, 1995, a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM é criada e reforça o trabalho ambiental existente no PEGG. Uma comissão de gerenciamento foi formada para traçar estratégias de revitalização para a área. No mesmo ano deu-se início ao processo de substituição da vegetação exótica e ao repovoamento e recuperação da fauna local com espécies nativas (fig. 07, 08, 09).

Em junho de 1996 iniciou-se o replantio de espécies nativas (com 1.705 mudas) através de parcerias entre a ONG Pau-Campeche, o IBAMA, o centro de Ciências Agrárias/UFSC e a COMCAP, no qual a ONG Pau-Campeche contribui com 982 mudas, o centro de Ciências Agrárias/UFSC com 160 mudas, e IBAMA com 563 mudas, o que totalizou em 28 espécies de nativa como pode ser observado na tabela 01. (GÓES, 2011, p.57).

164 palmitos	13 cinamomos
177 pitangueiras	42 araçás
120 paineiras	174 cedros
168 garapuvus	66 perobas
59 nonas do mato	87 palmeiras
117 capororocas	62 sibipirunas
10 grumixamas	18 Biguaçu mirim
19 goiabeiras	20 ipês roxos
72 camboatás vermelhos	41 tucaneiras
62 licuranas	20 ingás feijão
62 arociras	12 canjeiranas
31 bicuivas	12 baguaçus mirins
3 óleos	31 Ipês amarelo
10 bagas de macaco	31 carobas

Tabela 01 – Número de mudas e espécies plantadas no PEGG em 1996.

Fonte: Pau-Campeche, 1996, *apud* Góes, 2011.



Fig. 07 – Situação da área após derrubada parcial dos pinus e eucaliptos
Fonte: Pau-Campeche, 1996, *apud* Góes, 2011.



Fig. 08 – Início do repovoamento, parceria entre FLORAM e COMCAP.
Fonte: Pau-Campeche, 1996, *apud* Góes, 2011.



Fig. 09 – Preparo do solo e plantio das mudas nativas.

Fonte: Pau-Campeche, 1996, *apud* Góes, 2011.

Ainda segundo GÓES (2011), o Olandi, espécie arbórea nativa, também foi introduzido posteriormente, porém não se tem os registros da quantidade plantada no relatório apresentado.

Também em 95, a ONG Pau-Campeche elaborou um módulo experimental de reflorestamento e um projeto intitulado “Recomposição da Cobertura Florestal com Espécies Nativas do Parque Ecológico do Córrego Grande”, produto da ação em conjunto da BATEC, IBAMA, COMCAP e equipe do parque. O projeto foi enviado como programa piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

O projeto foi aprovado e durante o período de 1998 a 2001 o Grupo Pau-Campeche coordenou e desenvolveu o projeto Recuperação da Cobertura Florestal com Espécies Nativas da Mata Atlântica do Parque Ecológico do Córrego Grande realizado através de Termo de Cooperação Técnica com o IBAMA/SC. Dentre os resultados obtidos com o projeto se destacam o plantio de 8.000 mudas de 100 espécies nativas em 5 ha de áreas submetidas a corte de pinus e eucaliptos (GÓES, 2011, p. 58).

Em 1999 o projeto “Florir Floripa” foi criado por uma parceria entre a FLORAM e a Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV, onde pretendia atender crianças a adolescentes de 7 a 17 anos em situação de risco social e pessoal, os colocando em oficinas

educativas, recebiam noções de educação ambiental no Parque e participavam de atividades como no viveiro e na estufa de plantas nativas (GÓES, 2011, p. 60).

No início do ano de 2001, a administração do PEGG foi transferida para a FLORAM por um prazo de cinco anos, através do Termo de Concessão de Direito de Uso Gratuito de bem imóvel nº 014/00. Segundo este Termo de concessão, a PMF/FLORAM tem todos os direitos sobre a área, arcando com os custos de limpeza, segurança e manutenção do local, assim como a realização de obras e benfeitorias (FLORAM, 2003) *apud* Góes (2011).

Após essa mudança, a FLORAM iniciou os trabalhos de limpeza e reestruturação do parque, uma vez que o mesmo encontrava-se bastante abandonado e sem condições adequadas de uso.

Ainda neste mesmo ano, foi iniciado o Projeto “Pomar Floripa” que consistia na recuperação de áreas degradadas do Morro da Cruz.

Os agentes ambientais deste projeto desenvolveram dentro do PEGG um trabalho de conscientização; e em diversas áreas substituíram árvores exóticas e tóxicas que colocavam em risco a segurança dos visitantes por mudas de árvores frutíferas e nativas. Entre as árvores tóxicas retiradas a principal foi o pau-de-bugre, cerca de 500 foram retirados, que ainda hoje persiste em grande quantidade; em alguns locais do parque sua presença é ainda bastante dominante devido à falta de manejo adequado, porque com o término dos projetos não se teve mais um manejo para controlar e monitorar as espécies plantadas. As árvores agora procuram a sua sucessão natural (GÓES. p. 61, 2011).

Em 3 de dezembro de 2001 o parque foi reaberto para a comunidade e em 2002, através da Lei Municipal nº 5978 (FLORIANÓPOLIS, 2002) o Parque Ecológico do Córrego Grande é nomeado de “Parque Ecológico Municipal Professor João Davi Ferreira Lima” (fig. 10).



Fig. 10 - Área aproximada do PECC no ano de 2002, já sob responsabilidade da PMF/FLORAM.

Fonte: Google Earth Pro, imagem histórica, novembro de 2002. Modificado pelo autor.

Nota-se pela imagem os processos modificadores que vão ocorrendo no PECC. Enquanto a parte Sul do parque contava com a vegetação exótica, identificada pela homogeneidade da vegetação e tons mais escuros, a parte Norte mostra solo exposto, os tons de marrom, e vegetações com tons mais claros, indicando plantio recente. (Góes, 2011 p. 65)

De setembro a outubro de 2004 o parque ficou fechado para a continuidade do trabalho de remoções de pinus e eucaliptos remanescentes.

Na ocasião, o projeto Pomar Floripa era o responsável pelo replantio nas áreas do PECC onde eram retiradas as plantas exóticas. De

acordo com a declaração do coordenador do projeto, Senhor Milton César, desde 2001 quando a FLORAM assumiu o controle do espaço, cerca de 55 mil mudas de nativas e frutíferas foram plantadas (GÓES, 2011, p. 67).

Desde então, diversas ações e coletivos vêm contribuindo para o replantio no parque:

- Em 2009 o projeto “Voluntários Online” realizou o plantio de diversas mudas do próprio viveiro do parque;
- Em 2010 o programa “Carbono Zero” realizou o plantio de 320 mudas nativas;
- Também em 2010 o grupo do “XI Encontro para Debates de Assuntos de Operação” plantar 500 mudas nativas no parque;
- Em 2014, o projeto “Avaí Sustentável” plantou 50 mudas nativas no parque;
- Em 2022, em alusão ao dia da árvore e através do Projeto Plantando Primaveras, uma turma de idosos do Polo EJA/NETI realizou o plantio 1 jabuticabeira

A comunidade em defesa do Parque

Desde a abertura do PEGG, a população sempre foi muito presente utilizando o espaço, participando do processo de replantio das mudas nativas e também na defesa desta grande área verde. Em diversos momentos, durante esses quase 30 anos de existência do parque, o mesmo sofreu tentativas de mudanças, recortes e venda.

Para a região havia um projeto da Lei Complementar nº 001 de 1997, onde pretendia-se criar a Avenida SCI-15 (fig. 11), ligando a Avenida Ângelo Crema à Av. Prof. Henrique da Silva Fontes (Av. Beira Mar) e passando sobre a área do PEGG. A ideia de implementação de via era rechaçada pela comunidade e pela FLORAM, que entendia que a via projetada SCI-15 atingia e cortava o Parque Ecológico do Córrego Grande, bem como várias edificações de médio e grande porte já existentes, edificadas e aprovadas pela PMF (FLORAM, 2007).

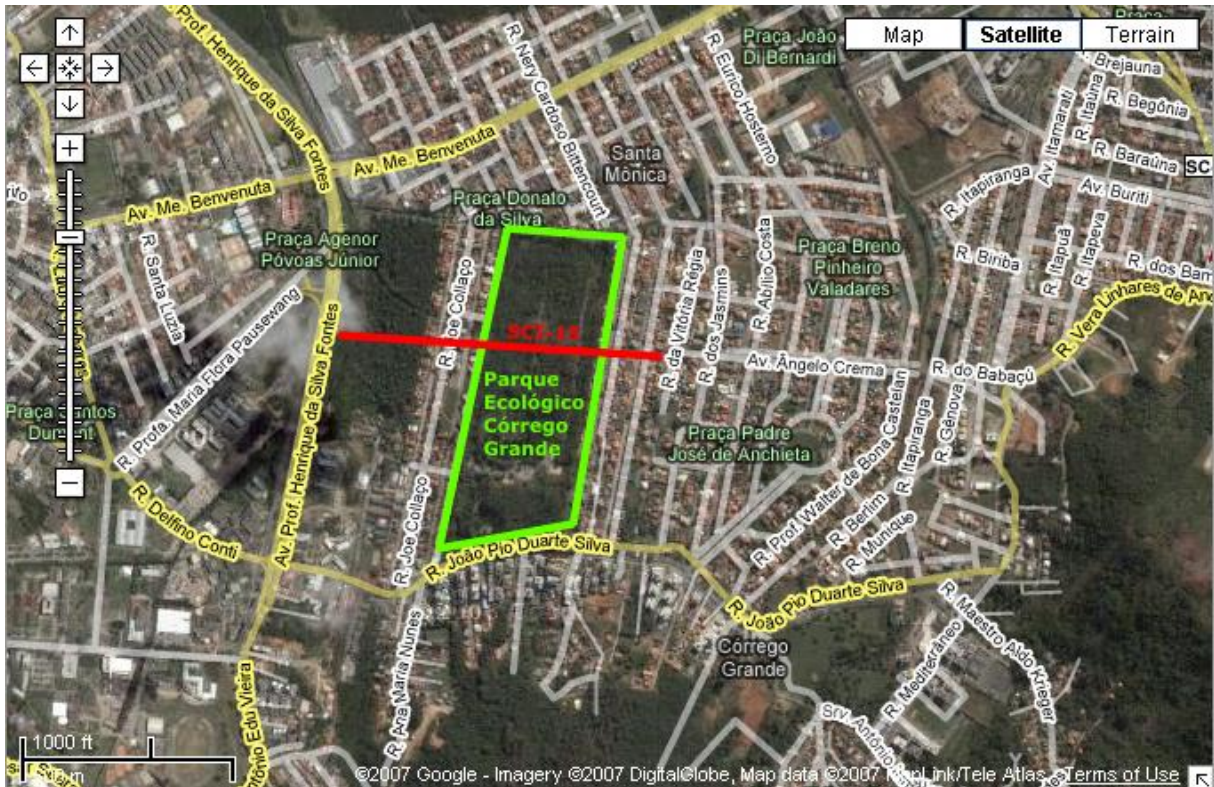


Fig. 11 - Área aproximada do PECG no ano de 2007, com o traçado da Avenida SCI-15.

Fonte: ISES do Brasil, Google Earth, novembro de 2007.

Ocorreu então em novembro de 2007 uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº768 de 2006 que pretendia impedir a construção desta via. Movimento este que surtiu efeito e em julho de 2008, o prefeito da época Dário Berger sanciona a Lei Complementar nº 330 que veta a construção da Avenida SCI-15.

Em maio de 2020, em meio a pandemia da Covid-19, a PMF ao solicitar a renovação da concessão do parque obteve como resposta que nenhum pedido de concessão seria renovado até a avaliação definitiva da destinação do parque. Acontece que o Ministério do Meio Ambiente – MMA, em meio a tentativa de “passar a boiada”, autorizou, mediante uma minuta de projeto de lei, a venda de 355 imóveis de propriedade do Ibama que eram considerados desnecessários ou inservíveis às suas atividades institucionais. O PECG estava dentre esses selecionáveis.

A iniciativa vai ao encontro da política de racionalização de gastos implementada pelo Governo Federal e permitirá ao Ibama gerar recursos que poderão ser revertidos não apenas à manutenção do

patrimônio efetivamente utilizado, mas também à modernização e à racionalização da Administração (MMA, 2020).

A notícia mobilizou a PMF, parlamentares catarinenses, Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande – AMOSC e a população florianopolitana de modo geral, que se articularam em defesa do parque e em poucos dias apresentaram a petição #oparqueé nosso que reunia mais de 54 mil assinaturas. Com a intensa movimentação por parte da comunidade e da Prefeitura, foi obtida a concessão por mais cinco anos, além da promessa de uma transferência definitiva, porém que ainda não foi concretizada.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. O Parque Ecológico do Córrego Grande

O Parque Ecológico Municipal Prof. João Davi Ferreira Lima, também conhecido como Parque Ecológico do Córrego Grande – PECG, está localizado na porção centro-oeste da Ilha de Santa Catarina, entre os bairros do Córrego Grande e Santa Mônica, sendo acessado pela rua João Pio Duarte Silva, 535, bairro Córrego Grande e ocupa uma área de 21,3 hectares, sendo o maior parque da área urbana da cidade (fig. 12).



Fig. 12- Área aproximada do PECG no ano de 2022.

Fonte: Google Earth Pro, imagem histórica, agosto de 2022, modificada pelo autor.

O PECO apresenta uma exuberante vegetação de Mata Atlântica do tipo secundária e conta com a presença de diversas espécies nativas de fauna e flora. No local podem ser observados a Harolda e o Coronajac, dois jacarés-de-papo amarelo que vivem ali, há também lagartos, jabutis, saguis, pica-paus, tucanos e outras variedades de aves, além de uma diversidade de espécies de insetos. O espaço também apresenta diversos espécimes de Araribás, Paus-Jacarés, Embaúbas, Palmeiras Jussara, Tanheiros, uma abundância de bromélias e orquídeas, além de contar com árvores símbolos tanto do país, como o Pau-Brasil e o Ipê-Amarelo, quanto de Florianópolis, como o Garapuvu e a orquídea Laelia Purpurata.

Atualmente o parque recebe uma média de 800 visitantes por dia e esse número tende a aumentar aos finais de semana e na época da primavera/verão.

O local conta com:

- Três trilhas;
- Uma pista de caminhada/corrída de 1km;
- Dois lagos;
- Quiosques educativos;
- Área para piquenique com mesas e bancos;
- Parque infantil;
- Duas Quadras de areia;
- Viveiro de Mudas;
- Academia da saúde;
- Praça central com bancos e sombra de árvores;
- Espaço para apresentações culturais e eventos;
- Banheiros;
- Bebedouros;
- Bicicletário;
- Estacionamento.

Ao entrar no parque, depara-se com um mapa de orientação com concepção artística ilustrado pela artista Vera Muccillo, onde estão espacializados 45 pontos (fig. 13). Importante destacar que a arte é antiga e embora ainda esteja presente na entrada do parque, alguns pontos foram substituídos ou deixaram de existir, havendo a necessidade de uma atualização.



Fig. 13 – Mapa de orientação do parque.

Fonte: Foto do autor, 2023.

(Os pontos do mapa: 1 – Portal de entrada, 2 – Guarita, 3 – Lago da Carpa, 4 – Estacionamento da administração, 5 – Casa da administração, 6 – Quiosque 1 Setur/Informações, 7 – Quiosque 2 trilhas, 8 – Casa fiscalização, 9 – Trilha Garapuvu, 10 – Casa operacional do Parque, 11 – Trilha Pau-Jacaré, 12 – Área de Leitura, 13 – Área de recomposição com mudas frutíferas e nativas, 14 – Trilha Palmeiro, 15 – Quiosque 3 Fundação Franklin Cascaes, 16 – Quiosque 3 Fundação Franklin Cascaes, 17 – Praça Pau-Brasil, 18 – Praça Infantil, 19 – Praça Córrego Grande, 20 – Casa educação ambiental (brinquedoteca, fraldário e auditório), 21 – Sanitário feminino, 22 – Sanitário masculino, 23 – Área de descanso, 24 – Parque Infantil, 25 – Palco cultural, 26 – Quiosque 7 lanchonete, 27 – Quiosque 6 pesca esportiva, 28 – Telefone público, 29 – Quiosque 5 Projeto Florir Floripa, 30 – Viveiro de mudas/sombrite, 31 – Viveiro de mudas/canteiro, 32 – Viveiro de mudas/estufa, 33 – Lago do Jabuti, 34 – Viveiro de Pássaros, 35 – Casa Projetos Pomar Floripa e Florir Floripa, 36 – Viveiros, 37 – Área de recomposição com mudas frutíferas e nativas, 38 – Quiosque 8 Projeto Pomar Floripa, 39 – Início da Pista de Caminhada, 40, 41, 42 – Área de recomposição com mudas frutíferas e nativas, 43 – Quiosque 9 Esportivo, 44 – Área esportiva, 45 – Trilha Embaúba).

Trilhas

O parque apresenta três trilhas: a Palmeiteiro, a Pau-Jacaré e a Garapuvu.

Trilha Palmeiteiro: A menor trilha das três, tem sua entrada à esquerda do segundo portão do parque e costeia o caminho principal até chegar na Praça Pau-Brasil. Pelo percurso de 180 metros, é possível observar aves e diversas espécies de insetos, além de palmeiteiros, bambuzais e outras espécies nativas, conforme coleção de imagens 01.



Coleção de imagens 01: Imagens da Trilha Palmeiteiro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Pau-Jacaré: A trilha acessível do parque foi inaugurada em 2015 tendo como objetivo passear em meio às árvores e conhecer as espécies nativas de Florianópolis. Sua entrada está localizada na parte direita, próxima à Sala Garapuvu, são 131 metros de percurso, seguindo os padrões de acessibilidade da norma NBR 9050, contando com placas de orientação e informativas em português, espanhol, inglês, braile e libras

sobre as espécies de árvores encontradas no caminho (coleção de imagens 02), cordas guias e o traçado bem definido, o caminho é calçado e termina ao lado da sede administrativa do Parque, na praça Pau-Brasil.

A trilha acessível foi um projeto realizado pela PMF contando com apoio financeiro de empresas privadas e consultoria de artes e libras da UFSC.



Coleção de imagens 02: Imagens da Trilha Pau-Jacaré.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Garapuvu: A entrada está localizada à direita depois da entrada do parque, entre o PEV do Projeto Família Casca e o Lago das Carpas. Sendo a mais longa das três trilhas, contando com a vegetação mais densa, é possível observar diversos animais como lagartos, aves e insetos. A trilha de 250 metros apresenta caminho bem

marcado e tortuoso (coleção de imagens 03) e pode ser percorrida em cerca de 5 minutos, terminando entre o parque infantil e as quadras esportivas.



Coleção de imagens 03: Imagens da Trilha Garapuvu.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Quiosques e Atividades

Dentro do parque há diversos quiosques e atividades para interação dos visitantes com o espaço e o desenvolvimento de educação ambiental.

Projeto Família Casca

O projeto Família Casca busca desenvolver um modelo de gestão local dos resíduos orgânicos com a participação da comunidade. A ideia do programa é reduzir a quantidade de resíduos (lixo) enviados aos aterros sanitário, oferecendo estrutura para que os moradores possam participar, disponibilizando um Ponto de Entrega Voluntária – PEV dos resíduos orgânicos, que serão utilizados para a produção de adubo, feita através do processo de compostagem e depois sendo disponibilizado aos participantes. Além disso, realiza ações de sensibilização com a comunidade, escolas e grupos interessados.

A disseminação da importância de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos é um dos objetivos do projeto, que surgiu por meio de uma parceria com a Floram, COMCAP, Eletrobrás, Associação Orgânica e UFSC, que disponibiliza bolsistas da área de agronomia. O projeto conta com cerca de 300 famílias cadastradas.

O Ponto de Entrega Voluntária – PEV encontra-se no quiosque 2, ao lado do Lago da Carpa. Além dos resíduos orgânicos, o local ainda recebe óleo de fritura, esponjas de cozinha, tampas de plástico, cápsulas de café e lixo eletrônico (coleção de imagens 04).

O local onde ocorre o processo de compostagem é localizado após o Lago do Jabuti, sendo acessado pelo lado esquerdo da pista de caminhada.



Coleção de imagens 04: Imagens do quiosque 2 – Família Casca.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Insetário

Localizado no quiosque 8 (coleção de imagens 05), horário de demonstração: quarta 9h – 12h, quinta 13h30 – 16h30, sexta 9h – 12h. Ao lado do Lago do Jabuti.

O insetário é um projeto realizado no parque desde 2008, elaborado pelo Laboratório de Ecologia Terrestre Animal – LECOTA, sob orientação da professora Malva Isabel Medina Hernández e conta com a colaboração de alunos do curso de Ciências Biológicas. O projeto é desenvolvido a partir da criação em cativeiro de algumas espécies de insetos nativos da Ilha de Santa Catarina, como os grupos dos coleópteros (besouros) e dos lepidópteros (borboletas), muito devido à facilidade para alimentá-los e por poderem ser mantidos sob condições adequadas de temperatura, umidade e espaço, o que acaba permitindo uma observação direta e apresentação dos animais vivos.

Pretende destacar a importância dos insetos no funcionamento dos ecossistemas e a relevância da sua conservação além de proporcionar ao público, uma observação mais próxima dos insetos com o intuito de desmistificar mitos e preconceitos relacionados a eles. O público-alvo do projeto são crianças da rede básica de ensino e a população visitante do PEEG.

Os bolsistas envolvidos no projeto efetuam oficinas de curta duração para os grupos de visitantes, abordando temas baseados na história natural das espécies, incluindo ciclos de vida, hábitos alimentares, comportamento, serviços ecossistêmicos, importância dos insetos na manutenção da diversidade e conhecimento sobre métodos de captura e estudo dos insetos, assim proporcionando conhecimento sobre o tema, gerando educação ambiental e estimulando a pesquisa e a interação entre Universidade e a comunidade. Após cada visita, os atendimentos são registrados e contabilizados, tendo uma média de mil visitantes por ano.



Coleção de imagens 05: Imagens do quiosque 8 – Insetário.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Borboletário Woody Benson e Jardim das Borboletas

Inaugurado em 05 de junho de 2014, o Borboletário Woody Benson faz parte do projeto de educação ambiental “Diversidade de Insetos do Parque Ecológico do Córrego Grande: educação ambiental e Conservação”.

O espaço recebe o nome de Woody Benson, em homenagem ao ecologista norte-americano que estuda borboletas há mais de 40 anos no Brasil.

O jardim das borboletas, localizado ao lado do Borboletário (coleção de imagens 06), também faz parte complementar do projeto de educação ambiental para criar um ambiente apropriado para atrair os insetos que se alimentam de néctar,

permitindo aos visitantes do parque a observação destes, mesmo nos horários que o borboletário está fechado. Por ser um ambiente aberto, a quantidade dos tipos de borboletas no jardim são variados, sendo que geralmente elas aparecem mais em dias e horários ensolarados e quentes.

Ambos os espaços estão localizados depois do Lago do Jabuti, sendo acessado pelo lado esquerdo da pista de caminhada.



Coleção de imagens 06: Imagens do projeto Borboletário.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Tai Chi Chuan

A oficina de Tai chi Chuan é realizada pelo Mestre Li Hon Shui ocorrendo todos os domingos das 10h às 11h no palco cultural. Contando com turmas que variam

de 6 a 10 pessoas, a prática que ensina o Estilo do Tai Chi Louva a Deus, acontece no parque há mais de 20 anos, sendo os últimos 17 anos ministrada pelo Mestre Li (coleção de imagens 07).

O Tai Chi Chuan é uma prática milenar que nasceu na China como arte marcial, mas atualmente é mais conhecida como forma de meditação em movimento e de atividade física que auxilia no combate a doenças.

O Mestre Li Hon Shui é natural de Hong-Kong, mas veio para o Brasil quando jovem, residindo no país há mais de 40 anos. Morou em Pelotas – RS, Bagé – RS e está há mais de 17 anos na Grande Florianópolis.



Coleção de imagens 07: Imagens da oficina de Tai Chi Chuan.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Yoga & Ecocultura

O projeto ministrado pela professora Mônica Sant'ana, acontece todas às quartas-feiras a partir das 8h no palco cultural e busca possibilitar vivências práticas de yoga em ambiente propício à educação ecológica. Por meio de técnicas de yoga

ao ar livre, busca promover a educação ecológica e preparar pessoas mais conscientes, ligadas às questões ambientais e de preservação do meio ambiente.

Tendo uma média de 15 participantes, a prática de yoga ao ar livre ocorre no parque desde 2006 e busca aliar os exercícios de respiração e autoconhecimento com práticas ambientais em meio a natureza (coleção de imagens 08).

O projeto é um dos mais antigos do parque e um dos que mais conta com a participação da comunidade.

A professora Mônica Sant'ana é natural de Belo Horizonte – MG e mudou-se para Florianópolis visando implantar a yoga ao ar livre, sendo o seu projeto pioneiro na cidade. Mônica também tem formação pelo IFSC no curso de Condução Cultural da Ilha, onde dá aula aos participantes nas trilhas, tanto do parque quanto da Ilha de Santa Catarina.



Coleção de imagens 08: Imagens da oficina Yoga e Ecocultura.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Viveiro de Mudanças

O viveiro inaugurado em 2001 conta com uma área de 2km², correspondendo a menos de 10% do parque, funciona por meio de parceria entre Centros de Saúde Municipais, a UFSC e o Programa Cultiva Floripa (coleção de imagens 09).

Como atividade de educação ambiental, o espaço funciona como instrumento de sensibilização e de desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas ao meio ambiente, permitindo correlacionar diversos temas como processos ecológicos relacionados ao desenvolvimento e ciclos da vida (sucessão e restauração vegetal, recursos hídricos, interações ecológicas, questões climáticas, ciclo da água, etc.).

Atualmente o viveiro está sendo remodelado para produzir mudas de espécies frutíferas, hortaliças plantas alimentícias não convencionais (PANC's) e plantas medicinais.

A ideia é ampliar a distribuição das mudas aos Centros de Saúde, Unidade de Ensino e Hortas Comunitárias. O parque iniciou o trabalho com viveiro de mudas em 1998 e desde o início buscou inserir a comunidade no projeto, na época era possível trocar 10 caixas de leite vazias por uma muda de árvore nativa. Em 99, firmou parceria com a Associação Floriapolitana de Voluntário (AFLOV) e iniciou ao Projeto Florir Floripa. Horário de funcionamento: Segunda a sexta das 07h às 16h.



Coleção de imagens 09: Imagens do viveiro de mudas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Feira de Economia Solidária

A feira do grupo Economia Solidária acontece aos sábados, domingos e feriados e está localizada na Praça Pau-Brasil. Ela é pensada como forma de economia destinada a produzir o bem-estar coletivo, respeitando o meio ambiente e envolve um conjunto de atividades econômicas organizadas por trabalhadores que atuam no formato de autogestão.

Na feira são comercializados produtos de artesanato, costuras, pinturas plásticas, roupas, tecidos e alimentos (coleção de imagens 10). O coletivo chegou ao parque em meados do ano de 2015 e também está presente em outras feiras da cidade, como na Lagoa da Conceição e no Centro.



Coleção de imagens 10: Imagens da Feira de Economia Solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Centro Dia da Pessoa Idosa – CDPI

O espaço foi criado em 28 de outubro de 2018 e é uma unidade de atendimento especializada do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para idosas e idosos cuja família não tem condições de cuidar durante o dia ou parte dele.

O centro promove espaços de atividades coletivas, sociais e comunitárias ao idoso em um ambiente que garante os cuidados básicos de reabilitação, segurança, acolhimento e convivência familiar e comunitária. Tudo isso com foco no desenvolvimento de sua autonomia individual e integração social, além de orientação aos responsáveis integrando as famílias nesse processo (coleção de imagens 11).

O Centro Dia da Pessoa Idosa é coordenado pela Federação Catarinense de Basketball, mantido com a parceria da Trimania e tem o apoio da Prefeitura de Florianópolis.



Coleção de imagens 11: Imagens do espaço Centro Dia da Pessoa Idosa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Espaços do PEGG e suas atividades

Pista de caminhada

Com percurso de 1km, a pista pode ser acessada tanto pelo lado esquerdo passando pelo Lago do Jabuti, quanto pelo lado direito passando pelas quadras esportivas de areia. O trajeto plano de cerca de 15 minutos em meio a vegetação nativa é agradável, aves, lagartos, saguis dentre outros animais, podem ser observados durante a caminhada (coleção de imagens 12). A pista ainda conta com dois equipamentos de academia e bancos em algumas áreas.



Coleção de imagens 12: Imagens da pista de caminhada de 1km.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Parque Infantil

O local é um dos mais visitados dentro do Parque Ecológico, contando com mobiliário infantil para a criançada brincar. O lugar dispõe de balanços, gangorras, trepa-trepa, escorregadores, caixa de areia, além de mesas, bancos, áreas com sombra de árvores e espaço para piquenique (coleção de imagens 13).



Coleção de imagens 13: Imagens do parquinho infantil.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Quadras esportivas

O Parque conta com duas quadras de areia, uma de vôlei e outra de futebol, com redes e traves (coleção de imagens 14).



Coleção de imagens 14: Imagens das quadras poliesportivas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Academia ao ar livre

Localizada às margens do Lago Jaboti, a academia ao ar livre conta com 10 equipamentos de ginástica e musculação completos para exercícios, além de painéis de instruções e dicas de alongamentos (coleção de imagens 15).

- Esqui;
- Rotação dupla diagonal;
- Simulador de cavalgada;
- Simulador de caminhada;
- Multiexercitador;

- Pressão de pernas;
- Alongador;
- Rotação vertical;
- Remada sentada;
- Surf.



Coleção de imagens 15: Imagens da academia ao ar livre.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Lagos

O parque conta com dois lagos em seu interior. O primeiro é o Lago das Carpas, localizado na entrada, logo após a guarita do segurança. Além das carpas, é possível observar, tanto na água quanto aos arredores, tigras d'água, patos, gansos e galinhas (coleção de imagens 16).



Coleção de imagens 16: Imagens do Lago das Carpas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Já o segundo, é o Lago do Jabuti, morada dos jacarés de papo-amarelo Harolda e Coronajac e um dos principais locais do parque, atraindo inúmeros visitantes, tanto pelo seu tamanho quanto pela oportunidade de ver os animais. Além dos Cágados e dos jacarés, é possível ver garças, saguis e insetos (coleção de imagens 17).

Ambos os lagos têm conectividade com corredores ecológicos.



Coleção de imagens 17: Imagens do Lago das Carpas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O PEGG e os corredores biológicos

Como citado ao longo do trabalho, o PEGG, assim como os bairros do entorno, estão inseridos dentro da Bacia Hidrográfica do Itacorubi. Embora a região tenha sofrido um intenso processo de urbanização, com muitos rios e cursos d'água sendo canalizados e/ou deslocados, ainda restam córregos que atravessam a paisagem e funcionam como corredores biológicos, ligando o PEGG com os córregos do bairro Santa Mônica e conseqüentemente, até o Manguezal do Itacorubi (fig. 14).

As chegadas dos dois jacarés-de-papo-amarelo, assim como suas rotinas mostram como funcionam esses corredores.

O córrego, o mesmo que passa em frente ao Shopping Iguatemi (hoje Vila Romana) e que faz limite com o PEGG, proporcionou para que o jacaré fêmea, em 2008, pudesse entrar no terreno do parque em um dia que choveu muito e subiu o nível da água do córrego. (FLORAM, 2012, online).

Harolda ficou ao menos duas semanas sumida, para acasalar. Nunca a vimos saindo do parque, mas sabemos que o lago escoa em um córrego no bairro Santa Mônica, onde vivem vários jacarés. Agora, ela é só cuidados com os filhotes, mas bastam eles adquirirem certo tamanho que os expulsa, ela é muito territorialista (MELLO, 2018, online).

O segundo jacaré, o Coronajac, chegou ao parque em 2020 de maneira semelhante a de Harolda e isso só foi possível graças aos córregos naturais remanescentes que conectam os fragmentos vegetais. A presença de ambos em espaços como o PECO reforça a necessidade da preservação de corredores ecológicos entre as áreas verdes em centros urbanos e as áreas de preservação/conservação, principalmente devido ao aumento das áreas construídas e conseqüentemente a diminuição dos habitats naturais.



Fig. 14 – Área do PECO, cursos d’água e região de entorno.

Fonte: Imagem OpenStreetMap, 2023.

Através da imagem é possível observar os trajetos dos corredores biológicos que partem do parque, iniciando nos dois lagos internos (Carpas e Jabuti), juntando-se já fora do parque na Travessa Cirineu Martins Cardoso (entre as ruas Joe Collaço e Professor Marcos Cardoso Filho) até desembocar no Rio do Meio e ir em sentido ao Manguezal do Itacorubi.

O PEGG como Área Verde

Embora tenha ocorrido, e ainda ocorre, um intenso processo urbanístico no bairro, quando é comparado com os outros bairros da cidade, ele apresenta o maior percentual de áreas verdes (GOÉS, p. 42, 2011). Conforme VIEIRA (2009) *apud* GÓES (2011), existem em torno de 44 áreas verdes no Córrego Grande, distribuídas em 12 loteamentos e mais o PEGG. Totalizando 324.407,80m² de áreas verdes, podendo ser categorizadas em Áreas Verdes de Lazer com 301.689,30m² e Áreas Verdes do Sistema Viário com 22.718,50m². O Parque do Córrego com seus 213.000m² representa 65% desta área total.

O PEGG na internet

O parque segundo avaliação dos frequentadores através da ferramenta da avaliação do Google, até o dia 15/06/2023, apresentava nota de 4,7 de 5,0 e 7.026 comentários. Os assuntos frequentes eram:

- Jacaré com 93 comentários;
- Repelente com 64 comentários;
- Tartaruga com 60 comentários;
- Brincar com 51 comentários;
- Relaxar com 48 comentários;
- Arborizado com 42 comentários;
- Atividades físicas com 33 comentários;
- Sagui com 13 comentários;
- Compostagem com 14 comentários;
- Educação ambiental com 12 comentários;
- Jabuti com 10 comentários.

Dentre os comentários com melhores avaliações, é sempre citado acerca da beleza do lugar, como um espaço acolhedor, tranquilo, bom para crianças, para observar animais, para descansar, se exercitar e recarregar as energias em meio a natureza.

Já as avaliações mais baixas citam sobre a infraestrutura e manutenção do mobiliário como bancos, mesas e brinquedos infantis, o estacionamento limitado, falta de bicicletário, falta de comercialização de alimentos e bebidas, horário de funcionamento e proibição de pets.

Na Plataforma do TripAdvisor, até a data de 15/06/2023, o parque tinha nota 4,5 de 5, com 116 avaliações divididas em Excelente (52), Muito boa (56) e Razoável (8). Os comentários positivos concentram-se na beleza do lugar, ótimo para crianças, o contato com a natureza e a observação dos animais. Já os negativos são acerca da manutenção dos equipamentos, falta de comercialização de alimentos e ao limite do estacionamento.

O PEEG e a legislação de Florianópolis

O Parque está definido, segundo o Plano Diretor municipal de Florianópolis (Lei Complementar nº 482/2014), como Área Verde de Lazer (AVL), classificado como um espaço urbano ao ar livre de uso e domínio público, destinado à prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando possível a criação e/ou a preservação da cobertura vegetal.

Áreas como o PEEG são consideradas importantes ferramentas urbanísticas para a melhoria da qualidade da paisagem urbana, uma vez que possibilitam o contato com a natureza e a manutenção de conexão entre fragmentos de bioma, gerando melhorias para todos os seres.

Florianópolis conta com poucos parques urbanos em seu território, espalhados de forma assimétrica pela cidade e alguns em estado de abandono ou subutilizados. Cabe o destaque para além do PEEG, o Parque Linear do Córrego Grande, o Jardim Botânico no Itacorubi, o Parque da Luz na área central, o Parque de Coqueiros e o Parque Ponta do Sambaqui.

4.4 Análises das entrevistas de campo

Para a realização desta etapa da pesquisa, foram entrevistados 50 frequentadores do PECG entre os dias 17 e 31 de maio de 2023 (apêndice A, p. 96). Os resultados foram de grande importância, pois através deles foi possível analisar o perfil dos visitantes e observar sua percepção acerca da área verde além de identificar os pontos positivos e negativos do Parque sob a perspectiva do visitante.

O número de entrevistados assim como a semelhança entre as perguntas 1, 2, 4, 5, 7, 8 e 9 do questionário aplicado por GÓES (2011) foi pensado com o intuito de posterior comparação entre os resultados para avaliar se ocorreu, ou não, mudanças entre o público dentre esses 12 anos de intervalo entre as pesquisas.

1 – Qual bairro você reside (fig. 15).



Fig. 15 – Bairro dos frequentadores.

Fonte: A autoria do autor, 2023.

Com a primeira pergunta, foi possível observar que quase metade dos entrevistados (23), residem no próprio bairro do Córrego Grande. Outra parcela significativa de entrevistados (13) são oriundos dos bairros de entorno, sendo 5 da Trindade, 4 do Pantanal, 2 da Carvoeira, 1 do Itacorubi e 1 do Campeche. Em menor número, foram encontrados 8 pessoas de bairros que compõem a Ilha, 4 da

Agrônômica, 1 dos Ingleses, 1 do Morro das Pedras, 1 do Monte Verde e 1 do João Paulo. Vindo do continente, 3 entrevistados são residentes dos bairros Estreito, Capoeiras e Coloninha. Por fim, 3 frequentadores da cidade de São José, 1 de Campinas, 1 de Areias e 1 da Bela Vista.

Embora quase a metade dos frequentadores entrevistados sejam do próprio bairro, os visitantes de outras localidades, inclusive de outra cidade, mostram que o parque não se limita como espaço local mas sim como parte integrante da cidade.

Já no trabalho de GÓES (2011) a pergunta acerca do bairro de origem, gerou a seguinte análise (fig. 16).

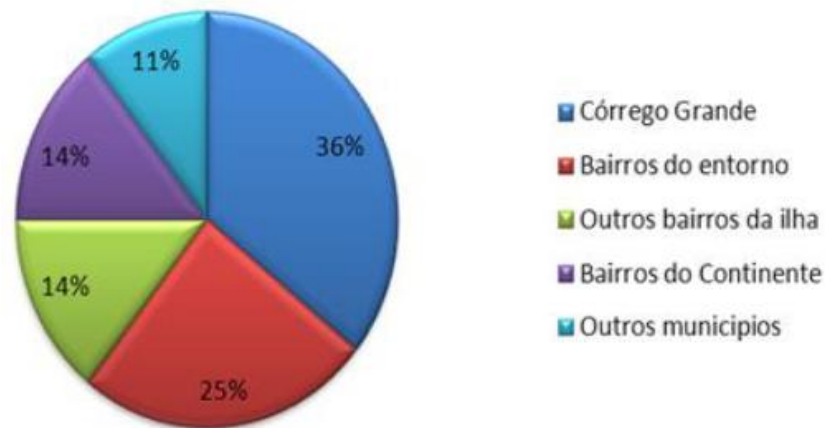


Fig. 16 – Bairro dos frequentadores.

Fonte: GÓES, 2011.

Quando comparado, o número de residentes do bairro do Córrego Grande aumentou, enquanto os do bairro de entorno e bairros da ilha continuaram praticamente iguais. Bairros do continente e visitantes de outros municípios diminuíram.

2 – Como soube do parque (fig. 17).

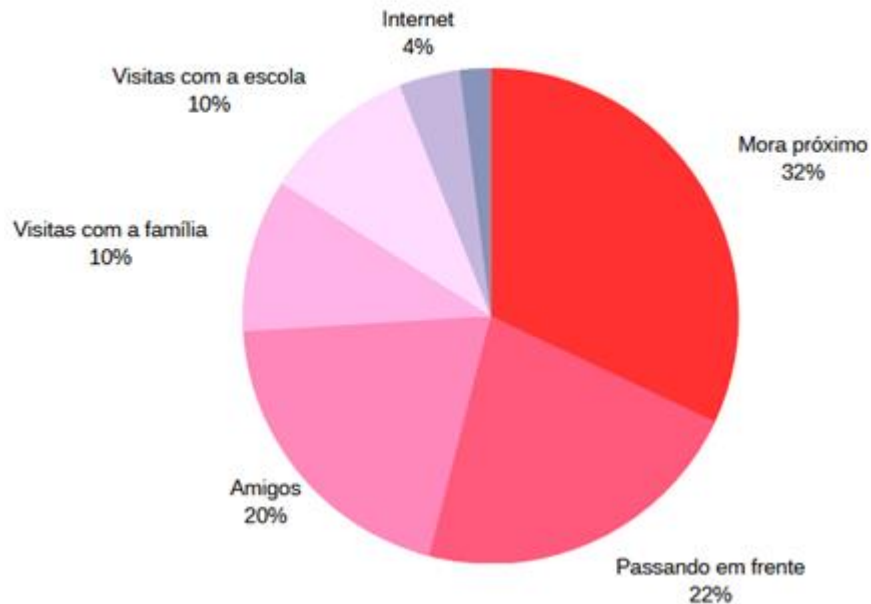


Fig. 17 – Como souberam do parque.

Fonte: Autoria do autor, 2023.

Com o segundo questionamento foi possível perceber que uma grande parte dos frequentadores entrevistados (16), souberam do Parque por morar nas proximidades. Na sequência, 11 pessoas conheceram o local ao passar em frente, muito visto que a rua principal do Córrego Grande, João Pio Duarte Silva, é uma via de deslocamento onde interliga o bairro as regiões vizinhas. Um quinto dos entrevistados (10) souberam do parque através de amigos, 5 foram através de visitas da escola e outros 5 vieram a primeira vez com a família. As redes sociais e ferramentas como o Google Maps informaram 2 entrevistados, enquanto 1 conheceu devido à UFSC.

3 – Há quanto tempo frequenta/visita o Parque? (fig. 18).

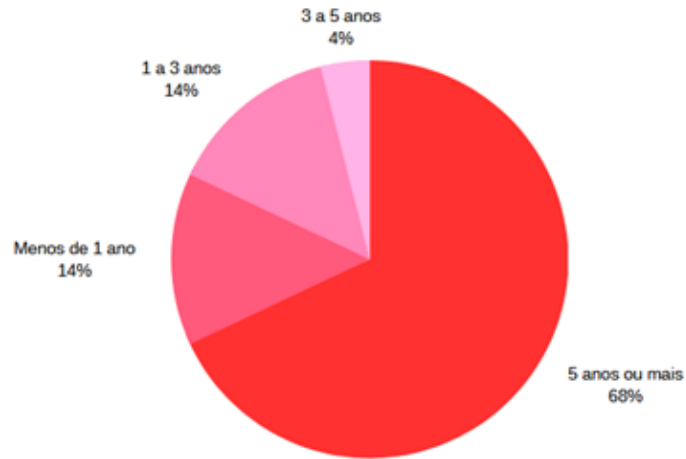


Fig. 18 – Há quanto tempo frequenta/visita o Parque.

Fonte: A autoria do autor, 2023.

Pela pergunta de número 3, observou-se que a grande maioria dos entrevistados (34) conhece o Parque a 5 anos ou mais. Enquanto isso, 7 pessoas conhecem a menos de 1 ano, já outros 7 conhecem o local de 1 a 3 anos. Por fim, 2 entrevistados conhecem de 3 a 5 anos.

4 - Qual horário você costuma visitar o Parque (fig. 19).

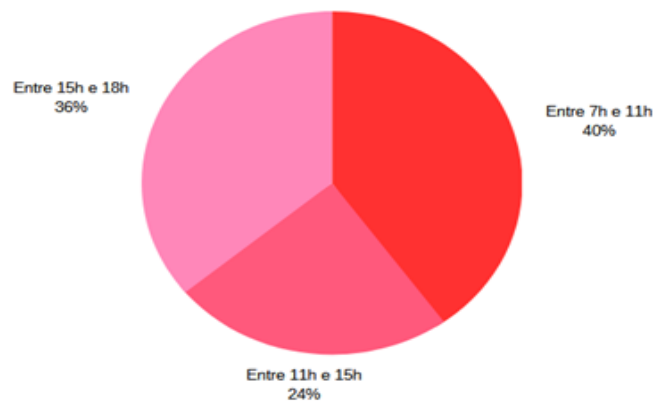


Fig. 19 – Horário de visita.

Fonte: A autoria do autor, 2023.

O horário preferido de 20 entrevistados para visitar o Parque é pela manhã entre 7h e 11h, enquanto outros 18 preferem o meio para o final da tarde, entre 15h e 18h. Já outro grupo (12) prefere o meio do dia, entre 11h e 15h.

Já o gráfico obtido pelas entrevistas de GÓES (2011) mostra que o maior horário de visitação é na parte da manhã, entre as 07h às 11h (fig. 20).

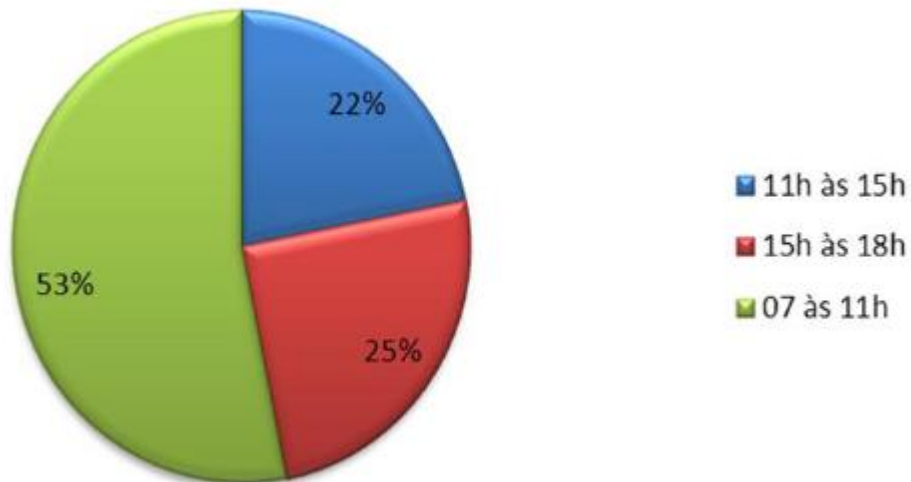


Fig. 20 – Horário de visita.

Fonte: GÓES, 2011.

5 - Qual o tempo de permanência no Parque (fig. 21)

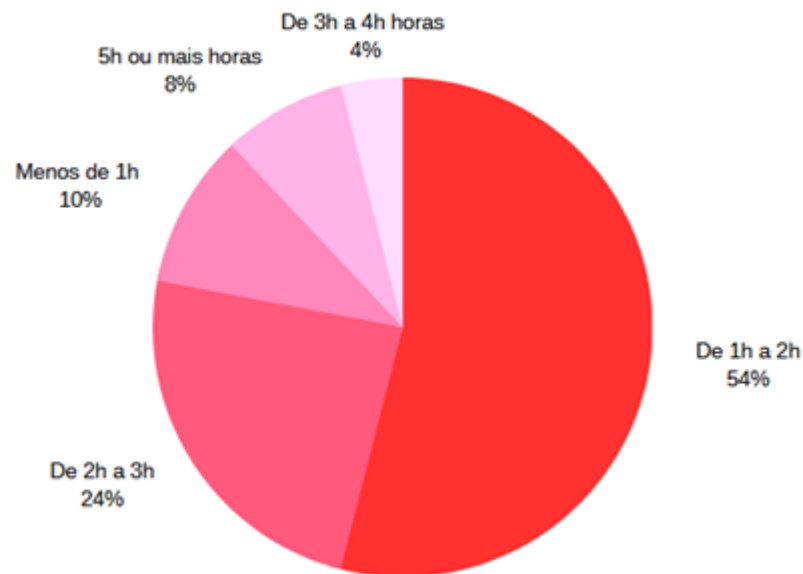


Fig. 21 – Tempo de permanência.

Fonte: Autoria do autor, 2023.

Mais da metade dos entrevistados (27) faz uma visita de duração média, ficando entre 1h a 2h no Parque, enquanto outro grupo (12) fica um pouco mais, permanecendo entre 2h a 3h. Um décimo dos entrevistados (5) faz visitas rápidas, ficando menos de 1h no local, já 4 pessoas abordadas passam 5h ou mais no parque. Por fim, 2 frequentadores ficam entre 3h a 4h na área verde.

Já na pesquisa de GÓES (2011), mostrou que a maioria dos visitantes ficam entre 2h a 4h no parque (fig. 22).

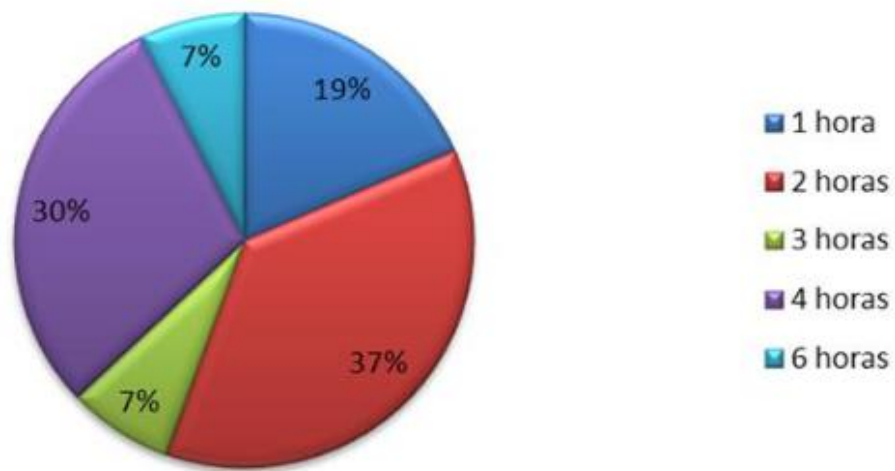


Fig. 22 – Tempo de permanência.

Fonte: GÓES, 2011.

6 - Qual seu uso do Parque (fig. 23).

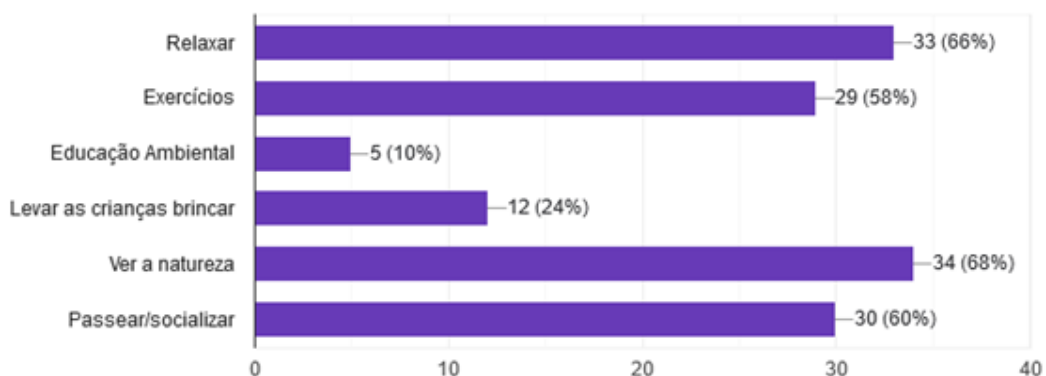


Fig. 23 – Usos do Parque.

Fonte: Autoria do autor, 2023.

A sexta questão foi de múltipla escolha, onde os entrevistados poderiam escolher até 6 usos do Parque. As opções mais votadas foram “Ver a natureza” com 34 votos, “Relaxar” com 33 votos, “Passear/Socializar” com 30 votos e “Exercícios” com 29 votos. Somadas, elas representam mais de 88% das escolhas dos entrevistados, evidenciando a importância deste espaço e as possibilidades de utilização que ele gera.

Totalizando 12 votos, a opção de “Levar a crianças brincar” ficou em quinto, o que gerou uma certa surpresa, levando em conta que o parquinho infantil é um dos lugares mais visitados e citados do Parque, como vimos anteriormente nas pesquisas das plataformas de avaliação. Por último, ficou a “Educação ambiental” com apenas 5 votos, revelando que embora ocorram diversas atividades e oficinas no espaço, elas não são muito divulgadas para a comunidade.

No gráfico obtido por GÓES (2011) mostra-se os diversos usos do parque (fig. 23), dentre as 7 escolhas possíveis, 5 tiveram porcentagem semelhante, entre 14% e 19%. Chama atenção que a escolha por Educação Ambiental também a opção menos votada, evidenciando a falta de comunicação para com as atividades e oficinas realizadas no parque (fig. 24).

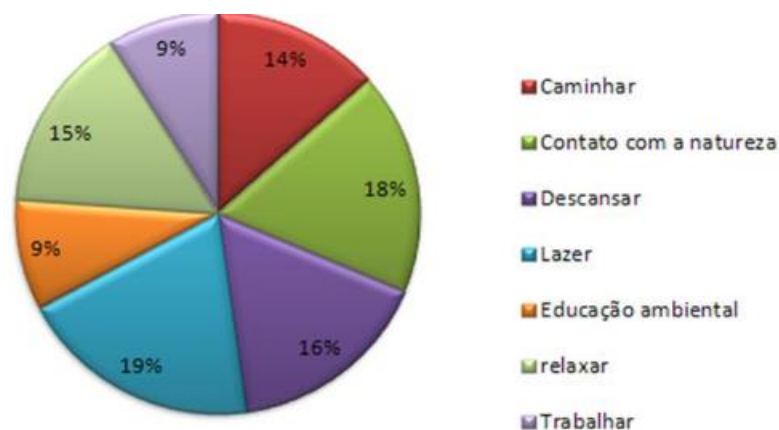


Fig. 24 – Usos do parque.

Fonte: GÓES, 2011.

7 - Quais os benefícios de ter um parque em uma área urbana gera para a população? (Fig. 25).

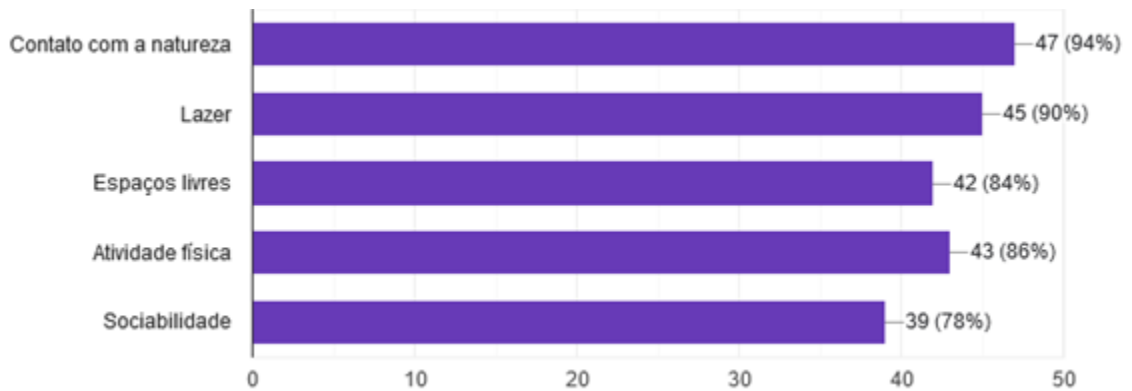


Fig. 25 – Benefícios de uma área verde urbana.

Fonte: A autoria do autor, 2023.

O sétimo questionamento também foi de múltipla escolha, onde os participantes poderiam escolher até 5 opções acerca dos benefícios gerados por um parque em área urbana.

Ao todo, obteve-se 216 respostas, onde a opção mais votada foi “Contato com a natureza” com 47 votos, seguida por “Lazer” com 45 votos e “Atividade física” com 43. Na sequência, “Espaços livres” obteve 42 votos e por fim, a “Sociabilidade” teve 39 votos. A pergunta teve uma média de 4,32 escolhas por entrevistado e, embora as escolhas tenham uma votação parecida, é possível analisar que os usuários do Parque fazem uso do espaço e o entendem como uma área que cumpre sua função social e ecológica.

No gráfico obtido por GÓES (2011) evidencia que os principais benefícios são contato com a natureza, espaço de saúde físico-mental e áreas de lazer (fig. 26).

Quando as respostas são comparadas, percebe-se que os entrevistados, tanto os de 2011 quanto os de 2023, compreendem da importância do parque e de suas múltiplas opções de uso.

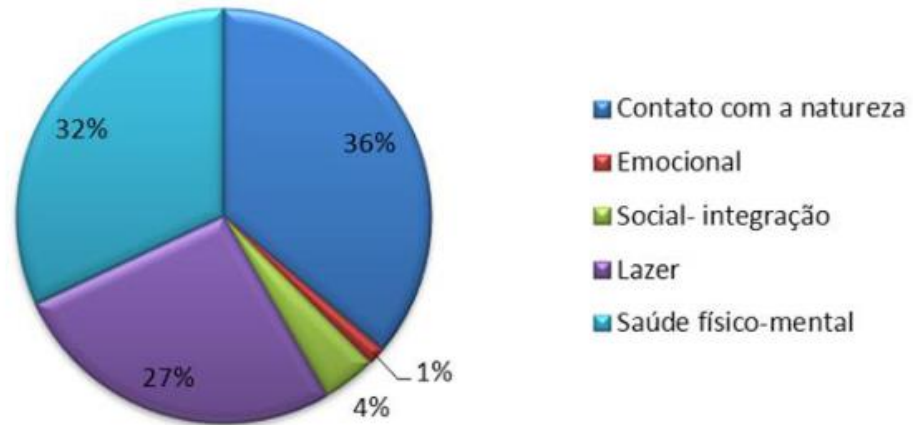


Fig. 26 – Benefícios de uma área verde urbana.

Fonte: GÓES (2011).

8 - O que você acha da estrutura do Parque (fig. 27).

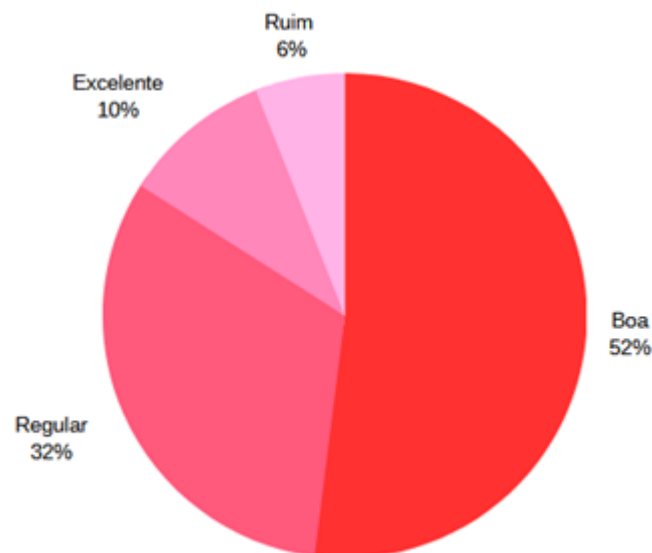


Fig. 27 – Estrutura do Parque.

Fonte: Autoria do autor, 2023.

A oitava pergunta era sobre o estado de conservação da estrutura do Parque, onde 26 entrevistados a classificaram como Boa e 16 como Regular. Houve ainda 5 participantes que classificaram como Excelente e 3 como Ruim. A classificação de Péssima não obteve votos.

Nas entrevistas realizadas por GÓES (2011) a opção Bom foi a mais votada, seguida por Ótimo e por último ficaram as opções de Excelente e Regular. A opção Péssima também não foi votada (fig. 28).

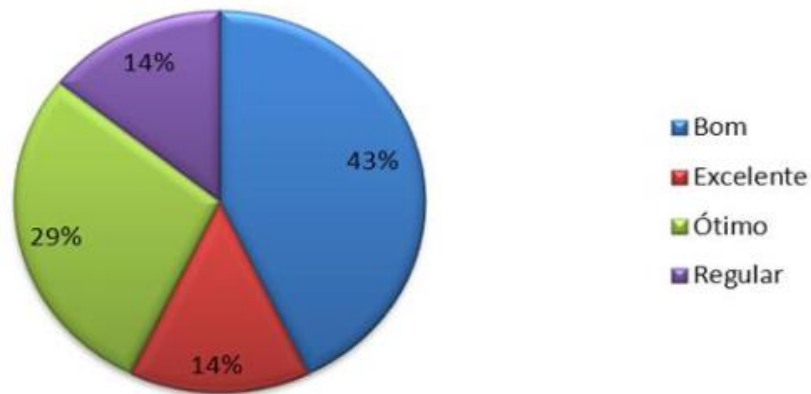


Fig. 28 – Estrutura do parque.

Fonte: GÓES, 2011.

9 - Acha que um parque localizado em área urbana altera aspectos como qualidade de ar e temperatura da região de entorno?

A nona questão era se a existência do parque em área urbana, altera aspectos como temperatura e qualidade do ar da região de entorno. Dos entrevistados, 4 responderam que não, alegando que o Parque por si só não é capaz de ocasionar modificações perceptivas.

Já os demais 46 entrevistados responderam que sim. Fazendo um compilado com as respostas que foram aparecendo, percebe que este grupo entra em consenso, onde o Parque funciona como espécie de pulmão verde para a região de entorno. A extensa vegetação regula a qualidade do ar através da captura de CO₂, deixa-o mais úmido e fresco, amenizando o calor principalmente nos dias quentes do verão, a vegetação rasteira diminui a temperatura do solo auxiliando no conforto térmico e diminuindo os efeitos da ilha de calor urbana.

10 - Na sua opinião, o que falta no Parque?

Foi perguntado aos participantes o que falta no Parque, as 50 respostas foram compiladas e reunidas nos tópicos a seguir:

- Reparo nas estruturas e revitalização dos espaços além da ampliação do mobiliário urbano, banheiros e bebedouros;
- Ampliação da academia;

- Mais placas informativas, como identificação das árvores e sobre não alimentar os animais;
- Reparo dos brinquedos do parquinho, criação de espaço para crianças menores e área sombreada;
- Melhorar a comunicação sobre o parque e as atividades realizadas, criação de um cronograma semanal;
- Melhorar o acesso das trilhas;
- Mais guias para orientar os visitantes e realizar visitas guiadas;
- Atrações artísticas no palco central;
- Acessibilidade para PCDs;
- Reativação do borboletário;
- Venda de alimentos;
- Ampliação do horário de funcionamento;
- Melhorar a qualidade e infraestrutura das quadras poliesportivas;
- Mais atividades de educação ambiental;
- Mais estruturas cobertas.

No questionário de GÓES (2011) a autora pergunta acerca das sugestões de melhorias à infraestrutura do parque e os serviços oferecidos. Dentre as respostas obtidas, as mais citadas foram:

Infraestrutura e Serviços.

- Colocar mais brinquedos para as crianças, consertar os brinquedos, colocar balanço para bebês;
- Proibir a entrada de carros;
- Aumentar o estacionamento;
- Colocar mais bebedouros;
- Melhorar a drenagem das quadras;
- Colocar mais mesas;
- Colocar mais bancos;
- Colocar placas de sinalização e atualizar as existentes.
- Criar um espaço cultural, local fechado para atividades em dias de chuva;
- Disponibilizar mais monitores para conversar com as pessoas;
- Promover eventos esportivos.

Comparando as duas respostas, observa-se que questões de infraestrutura, espaços culturais e esportivos, e a necessidade de mais funcionários/guias já era algo citado em 2011 e que continua sendo uma demanda atual.

11 - O que você mudaria no Parque?

Já a questão 11 é acerca do que o entrevistado mudaria no parque, as 50 respostas foram compiladas e reunidas nos tópicos a seguir:

- Liberação de animais domésticos;
- Ampliação do horário;
- Não fechar as segundas-feiras;
- Comprar o parque para ele próprio cuidar do espaço;
- Ampliar o estacionamento e adicionar taxa de R\$ 5,00;
- Pista asfaltada/calçada;
- Ronda policial;
- Aumentar a área de parque;
- Mais quadras poliesportivas;
- Mais áreas gramadas;
- Proibição de bicicletas;
- Pista para bicicletas;
- Criação de um Meliponário (coleção de colmeias de abelhas sem ferrão).

12 – Em 2020 houve uma tentativa de venda do parque alegando que o mesmo não cumpria sua função social, qual sua opinião sobre:

Foi perguntado aos entrevistados sobre o episódio de tentativa de venda do Parque em 2020 por parte do Ministério do Meio Ambiente.

Dos 50 participantes apenas 1 se mostrou favorável a privatização desde que isso representasse uma melhoria na área verde. Os 49 restantes foram terrivelmente contra a venda, alguns inclusive comentaram que participaram do abaixo-assinado ocorrido na época.

É um consenso dentre os entrevistados que, embora o espaço esteja precisando de reparos e uma maior atenção por parte da PMF/FLORAM, ele cumpre sua função social, sendo uma área muito utilizada pela população, ofertando educação ambiental, sendo um reduto para fauna e flora e contribuindo para criação de microclima da região de entorno. Citam ainda que uma venda só atenderia à

especulação imobiliária, entregando uma importante área da cidade nas mãos de empresas e construtoras, retirando um belo espaço público da população visando apenas o lucro para pequenos e poderosos grupos.

13 – Qual seu local preferido do Parque (fig. 29)



Fig. 29 – Locais preferidos do Parque.

Fonte: Autoria do autor, 2023.

Por fim, foi perguntado aos entrevistados qual seu espaço preferido no PEGG. Dentre os espaços do parque, as trilhas são citadas 15 vezes, o Lago dos Jabutis, onde reside a Harolda, aparece 14 vezes. A pista de caminhada é lembrada por 11 entrevistados enquanto as quadras poliesportivas por 9 e academia por mais 5. Por fim, o parquinho infantil é citado 4 vezes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEGG é muito procurado pelos seus espaços livres, vegetação abundante, opções de fauna e flora, atividades sociais e ecológicas, enfim um local para contato e contemplação da natureza. Porém, este espaço não se limita a isso, uma vez que suas interações ultrapassem a relação sociedade-natureza. O parque, através de sua extensa vegetação, auxilia na captura de CO₂ purificando o ar e amenizando a temperatura criando um microclima para região de entorno, contrapondo com o calor aumentado pelo concreto e asfalto.

Por estar inserido dentro da Bacia Hidrológica do Itacorubi, possui corredores ecológicos que possibilitam animais, como os jacarés de papos-amarelos, chegarem até o manguezal do Itacorubi. Diversas aves usam o parque como local de descanso e para se alimentar durante seus deslocamentos.

Desde que o processo de recuperação da cobertura vegetal iniciou, diversas espécies nativas da fauna surgiram no parque e desempenham importantes funções ecossistêmicas como dispersão de sementes, polinização de flores, controle populacional de plantas e animais. Relações como estas mostram como o PEGG é um grande e importante organismo vivo e pulsante em meio a cidade.

Através das entrevistas realizadas, foi possível observar a percepção dos frequentadores acerca do parque. Embora a grande maioria resida no próprio bairro, o local atrai visitantes de diversas regiões da Grande Florianópolis, sendo um espaço muito procurado pelas suas possibilidades de atividades e lazer.

Local onde pode-se relaxar e apreciar a natureza, com lugares sombreados próximos aos lagos para sentar e observar animais, sentir o ar fresco e com áreas para piqueniques, sendo um ponto de encontro de amigos e familiares.

Com opções de exercícios e atividades como yoga, Tai Chi Chuan, academia ao céu aberto, pistas de caminhadas, trilhas, quadras de vôlei e futebol, parquinho infantil, sendo um espaço público, livre e inclusivo para a população.

Contando com a realização da Feira de Economia Solidária aos finais de semana e projetos de conscientização ambiental, como A Família Casca que trabalha com compostagem e oferece PEV de diversos resíduos, a atividade Ecocultura em conjunto com a prática de yoga, o quiosque 8 onde funciona o Insetário, o Viveiro de Mudanças de espécies nativas que são disponibilizadas tanto para o parque quanto para outros pontos da cidade. Havendo ainda com Centro Dia da Pessoa Idosa, espaço

que promove atividades coletivas e comunitárias para público da terceira idade, utilizando das dependências do parque além do contato com a natureza.

O PEGC apresenta uma média de 800 visitas diárias e serve exemplo de AVL para uma cidade como Florianópolis que carece tanto deste tipo de espaço público. Conversando com os frequentadores, é possível perceber que o público entende a necessidade e os benefícios que o parque gera e que embora melhorias na infraestrutura e na conservação de áreas sejam necessárias, é importante que o parque continue público e protegido para que todos possam fazer uso deste espaço coletivo, com tanta história e participação popular.

Outro ponto necessário a se destacar é que o PEGC é uma área de muitíssimo interesse ecológico e social, com suas valências citadas e apresentadas durante todo o trabalho. Hoje o parque é classificado como Área Verde de Lazer, definido e protegido unicamente pelo Plano Diretor de Florianópolis, porém este é passível de modificações e alterações.

Por vezes o PEGC foi alvo de especulações, a mais recente foi a tentativa de venda por parte do MMA em 2020, mas que foi evitada por intermédio de movimentos de diversos setores da cidade além da importante participação popular.

Quando as respostas obtidas nos questionários são comparadas, percebe-se que os frequentadores utilizam do espaço e compreendem suas funções sociais e ecológicas.

Sendo assim, é de suma necessidade que haja garantias e defesas consistentes para o parque, o ideal seria transforma-lo em uma Unidade de Conservação, uma vez que garantiria proteção de sua área além de todo o aparato legal.

Segundo o SNUC, o PEGC poderia ser categorizado como Parque Nacional, uma vez que é classificado como área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica, possibilitando interação entre o visitante e a natureza, permitindo o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas, de interpretação ambiental e a realização de pesquisas científicas (SNUC, 2000). A área verde e os seus usos, contemplam os pré-requisitos, uma vez que todas estas atividades acontecem no parque, levando a crer que seria possível a criação de uma nova UC.

Por fim, é notável a necessidade de melhorias no parque, em questões de infraestrutura do mobiliário urbano, conservação e ampliação de áreas e espaços,

iluminação, placas informativas e de recomendações e ampliação de programas de educação ambiental.

Outro ponto passível de melhora, seria acerca da comunicação do parque, já que hoje não existe um cronograma ou um meio de divulgação das atividades que acontecem no local. Seria interessante a criação de um portal de comunicação, entre administração e a população, onde fossem disponibilizadas informações, cronogramas semanais, eventos, atividades realizadas, opções de lazer, entre outros. Funcionaria como estratégia de divulgação do parque afim de atrair novos frequentadores que possam usufruir do seu espaço público e das atividades ofertadas.

A realização deste trabalho foi de enorme satisfação, pois com ele aprendi mais sobre a área verde que sou vizinho e sobre o bairro que resido desde 2017. Foi gratificante expandir o olhar sob cada nova descoberta, a cada nova entrevista e perceber este mesmo carinho que sinto com o parque em outros usuários. Espero que este trabalho sirva para ampliar o acervo histórico do parque e do bairro, levando o conhecimento para cada vez mais pessoas e auxiliando na defesa do Parque Ecológico do Córrego Grande.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parques e áreas protegidas da Mata Atlântica nas cidades brasileiras.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bw-ydRHpN1Y&> Acesso em 28 jun. 2023

BRASILIA. **Corredores Ecológicos.** Disponível em <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/corredores-ecologicos.html> Acesso 05 jul. 2023

BRASÍLIA. **Nota de esclarecimento.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/notaesclarecimento2> Acesso em 18 de abr. 2023

BRASÍLIA. **SNUC.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html> Acesso em 10 jun. 2023

BRASILIA. **Unidades de Proteção Integral.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html> Acesso 06 jul. 2023

FACCIO, M. G. A. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.** Florianópolis, 1997. Tese (Mestrado em Geografia). Curso de mestrado em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

FLORIANÓPOLIS. **Avenida passará por dentro de Parque Ecológico em Florianópolis.** Disponível em: <https://ises-do-brasil.blogspot.com/2007/11/avenida-passar-por-dentro-de-parque.html> Acesso em 18 de abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Centro Dia da Pessoa Idosa (CDPI).** Disponível em: <https://social.basket-fcb.com.br/cdpi/>. Acesso em 10 maio 2023

FLORIANÓPOLIS. **Curta a beleza do Parque Ecológico do Córrego Grande.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=17956>. Acesso em 15 abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Decretos aumentam território protegido de Florianópolis.** Disponível em <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/decretos-aumentam-territorio-protegido-de-florianopolis/> Acesso em 05 jul. 2023

FLORIANÓPOLIS, **Filhotes de jacaré-de-papo-amarelo viram atração em parque de Florianópolis.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/filhotes-de-jacare-de-papo-amarelo-viram-atracao-em-parque-de-florianopolis.ghtml> Acesso em 18 de maio 2023

FLORIANÓPOLIS. **Lei complementar nº 330, de 14 de julho de 2008.** Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2008/33/330/lei-complementar-n-330-2008-altera-sistema-viario-aprovado-pela-lei-complementar-n-001-de-1997> Acesso em 17 de abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Parque Ecológico do Córrego Grande.** Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/turismo/passeios-florianopolis/parque-ecologico-do-corrego-grande>. Acesso em 15 abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Parque Ecológico do Córrego Grande é espaço para o convívio com a natureza.** Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/parque-ecologico-do-corrego-grande-e-espaco-para-o-convivio-com-a-natureza>. Acesso em 20 abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Parque Ecológico do Córrego Grande é uma importante área verde e de lazer em meio a capital catarinense.** Disponível em: <https://matheusbonfim-35549.medium.com/canto-da-mata-atl%C3%A2ntica-5db4a21adbd>. Acesso em 15 maio 2023

FLORIANÓPOLIS. **Parque Ecológico ganha novos integrantes.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?pagina=notpagina¬i=7266> Acesso 20 de abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Florianópolis (PMMA).** Publicação digitalizada – PDF. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmma>. 2020 Acesso em 23 jul. 2022

FLORIANÓPOLIS. **Projeto do Avaí plantará mudas de árvores no Parque do Córrego Grande.** Disponível em: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/projeto-do-avai-plantara-mudas-de-arvore-no-parque-do-corrego-grande/> Acesso em 21 abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Projeto Plantando Primaveras realiza plantio de árvores nativas em espaços públicos de Florianópolis.** Disponível em:

<http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=55396> Acesso 19 de abr. 2023

FLORIANÓPOLIS. **Unidades de Conservação em Florianópolis**. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=unidades+de+conservacao+em+florianopolis&menu=5&submenuid=800> Acesso 20 de abr. 2023

GÓES, T. L. **Transformações da cobertura vegetal do Parque Ecológico Municipal Prof. João Davi Ferreira Lima e sua importância como área verde para Florianópolis – SC**. Florianópolis. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 126 f.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

ITU. **A Mata Atlântica é a floresta mais devastada do Brasil**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica/> Acesso 04 de jul. de 2023.

KOERICH, Francielle de Abreu. **Conhecendo o Bairro Córrego Grande**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006, 44p

MARCON, A. L. **No presente, mas também de olho no passado: Reminiscências da outrora comunidade do Córrego Grande, Florianópolis**. Florianópolis, 2006. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Programa em pós-graduação em antropologia social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006, 129 f.

SUGAI, M. I. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte Ilha**. São Paulo 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. 232 f.

VÁRZEA, Virgílio dos Reis. **Santa Catarina: a ilha**. 2. ed. São Paulo: Iba Mendes, 2019. 276 p

VIEIRA, P. B. H. G. **Evolução da urbanização do bairro do Córrego Grande, Florianópolis/SC entre 1938 a 2009.** Florianópolis. 2010. Tese (Mestrado em Engenharia Civil). Programa em Pós-Graduação em Eng. Civil – PPCEC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. 194 f.

APÊNDICE A – Questionário

1 – Qual bairro você mora:

2 – Como soube do parque:

3 – Há quanto tempo frequenta/visita o parque:

menos de 1 ano 1 a 3 anos 3 a 5 anos 5 ou mais anos

4 – Qual horário costuma visitar o parque:

7h as 11h 11h as 15h 15h as 18

5 – Qual o tempo de permanência no parque:

menos de 1h 1h a 2h 2h a 3h 3h a 4h 5h ou mais

6 – Qual seu uso do parque:

relaxar exercícios educação ambiental levar as crianças brincar ver a natureza passear/socializar

7 – Quais os benefícios de ter um parque em uma área urbana gera para a população?

contato com a natureza lazer espaços livres atividade física sociabilidade

8 – O que você acha da estrutura do parque.

péssima ruim regular boa ótima excelente

9 – Acha que um parque localizado em área urbana altera aspectos como qualidade de ar e temperatura da região de entorno?

10 – que falta no parque:

11 – O que mudaria no parque:

12 – Em 2020 houve uma tentativa de venda do parque alegando que o mesmo não cumpria sua função, qual sua opinião sobre:

13 – Qual seu local preferido do Parque: